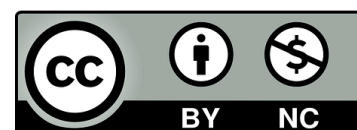


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

Curso de graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS
a distância

Evolução Econômica do Capitalismo Contemporâneo

HELTON RICARDO OURIQUES



O93e Ouriques, Helton Ricardo
Evolução econômica do capitalismo contemporâneo. / Helton Ricardo Ouriques. -
3. impri. Florianópolis : Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, 2014.

94p. : il

Curso de Graduação Ciências Econômicas a distância

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-89032-28-5

1. Formação de novo capital. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Movimento econômico
4. Educação a distância. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de
Ciências Econômicas. II. Título.

CDU: 330.342

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República	Dilma Vana Rousseff
Ministro da Educação	Aloizio Mercadante
Diretor de Educação a Distância da CAPES	João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora	Roselane Neckel
Vice-Reitora	Lúcia Helena Pacheco
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Lauro Francisco Mattei
Pró-Reitor de Pesquisa	Jamil Assereuy Filho
Pró-Reitor de Extensão	Edison da Rosa
Pró-Reitora de Pós-Graduação	Joana Maria Pedro
Pró-Reitora de Graduação	Roselane Fátima Campos
Secretária Especial da Secretaria Gestão de Pessoas	Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio
Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento	Beatriz Augusto de Paiva
Secretário de Cultura	Paulo Ricardo Berton
Coordenadora UAB/UFSC	Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Diretora	Elisete Dahmer Pfitscher
Vice-Diretor	Rolf Hermann Erdman

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe do Departamento	Armando de Melo Lisboa
Subchefe do Departamento	Brena Paula M. Fernandez
Coordenadora Geral na modalidade a distância	Marialice de Moraes

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - PRIMEIRA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Suelen Haidar Ronche
Design Instrucional	Claudete Maria Cossa Renata Oltramari
Revisão Textual	Maria Geralda Soprana Dias
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Ilustrações	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - TERCEIRA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Andreia Mara Fiala
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Thiago Alves Vieira
Ilustrações	Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

Sumário

UNIDADE 1

O CAPITALISMO DEPOIS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1.1	INTRODUÇÃO	11
1.2	OS ANTECEDENTES DA HEGEMONIA DOS EUA	11
1.3	ALICERCES DA HEGEMONIA DOS EUA	15

UNIDADE 2

A CRISE MUNDIAL DOS ANOS 1970

2.1	INTRODUÇÃO	23
2.2	DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	23
2.3	AS CAUSAS DA CRISE	25
2.4	EUA E PAÍSES PERIFÉRICOS NA CRISE	31

UNIDADE 3

A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA A PARTIR DA DÉCADA DE 1980: NEOLIBERALISMO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

3.1	INTRODUÇÃO	37
3.2	A CHEGADA DO NEOLIBERALISMO	37
3.3	A TRANSIÇÃO DA INFRAESTRUTURA: O MODELO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	39
3.4	A TRANSIÇÃO DA SUPERESTRUTURA: O NEOLIBERALISMO	47

UNIDADE 4

A CRISE DA DÍVIDA NA AMÉRICA LATINA, O COLAPSO DA ÁFRICA E A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO

4.1	INTRODUÇÃO	57
4.2	AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NA AMÉRICA LATINA.....	58
4.3	AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NA ÁFRICA	61
4.4	AS CONSEQUÊNCIAS NO LESTE ASIÁTICO.....	66
4.5	A EXPERIÊNCIA CHINESA	72

UNIDADE 5

A GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E ALGUMAS TENDÊNCIAS RECENTES

A GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E ALGUMAS TENDÊNCIAS RECENTES	79
REFERÊNCIAS	84

APÊNDICE

UM POUCO DE TEORIA

UM POUCO DE TEORIA	89
AUTORES REFERENCIADOS	92

PALAVRA DO PROFESSOR

Prezado estudante, seja bem-vindo!

Neste livro-texto da disciplina Evolução Econômica do Capitalismo Contemporâneo, que se destina aos estudantes do Curso de Ciências Econômicas a distância da UFSC, pretendemos trazer a você alguns subsídios para reflexão e aprofundamento sobre temas relevantes da atualidade. Para tanto, é importante entender minimamente o desenvolvimento dos processos históricos. Isto é, compreender que as decisões ou os acontecimentos histórico-econômicos que estão ocorrendo nesse momento possuem um lastro, uma base, uma determinação nas decisões ou nos acontecimentos do passado. Daí o sentido de “evolução econômica” que fundamenta esta disciplina.

Que fique claro, desde já, que não há a pretensão, obviamente, de esgotar os assuntos que aqui serão tratados. Aliás, estude este material como uma introdução à temática, uma primeira aproximação e um subsídio para pesquisas e leituras mais aprofundadas, as quais serão indicadas ao longo do texto.

Dessa forma, abordaremos os seguintes assuntos: o capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial; a crise econômica mundial dos anos 1970; a reestruturação capitalista dos anos 1980; a crise da dívida na América Latina, o colapso da África e a ascensão do Leste Asiático; a globalização contemporânea e algumas tendências recentes. Cada um desses tópicos corresponderá a uma unidade, que trará, também, a indicação de bibliografias de aprofundamento e questões para discussão.

Bons estudos!

Prof. Helton Ricardo Ouriques



1

O CAPITALISMO DEPOIS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Caro aluno, nesta unidade apresentaremos, em suas linhas gerais, as principais transformações ocorridas no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, enfatizando a hegemonia dos Estados Unidos e a disseminação do fordismo. Ao concluí-la, você possuirá conhecimentos a respeito dos seguintes temas:

- a crise dos anos 1930;
- a hegemonia dos Estados Unidos pós-1945; e
- o fordismo como expressão da dominação econômica dos EUA.

1.1 INTRODUÇÃO

Devastada por duas guerras europeias na primeira metade do Século XX, as quais foram transformadas em guerras mundiais, a economia mundial é reorganizada, após 1945, pelos Estados Unidos. Foi este o país que emergiu como grande vencedor da longa batalha pela “hegemonia mundial”, para usar os termos de [Immanuel Wallerstein](#) e [Giovanni Arrighi](#).

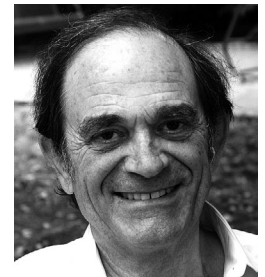
O fato é que, no imediato pós-guerra, os Estados Unidos se tornaram a principal potência na economia mundial, promovendo a reorganização econômica, política e institucional do capitalismo global.

1.2 OS ANTECEDENTES DA HEGEMONIA DOS EUA

Do ponto de vista institucional, os EUA foram os artífices da reorganização da Organização das Nações Unidas e da criação de um conjunto de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Do ponto de vista econômico, o conjunto de inovações produtivas que estava sendo gestado desde os anos 1910 naquele país ganha maturidade depois da guerra. Tais inovações, convencionalmente denominadas **fordismo**, implicaram em uma profunda transformação nos processos produtivos e na criação da sociedade moderna de consumo em massa. Do ponto de vista político, o mundo se configurou pela bipolaridade entre Estados Unidos *versus* União



Veja uma pequena biografia de Immanuel Wallerstein no final do livro.



Veja uma pequena biografia de Giovanni Arrighi no final do livro.



Observe que essa denominação “ mundo livre ” tem um forte conteúdo político e ideológico, por deixar explícito que os atributos ligados à “liberdade” estavam circunscritos aos países que não seguiam a orientação comunista. Uma apreciação sobre produções cinematográficas que retratam o período pós 1945, especialmente de filmes que tratavam da Guerra Fria, é elucidativa. Como exemplo, podemos mencionar *O homem que sabia demais*, dirigido por Alfred Hitchcock e os filmes iniciais da saga centrada no personagem James Bond, que retratam a antiga URSS de forma subliminarmente crítica, em contraponto ao império decadente, a Inglaterra. Imagem: James Stewart no filme *O Homem que sabia demais*.



Veja uma pequena biografia de [Jeffrey Frieden](#) no final do livro.

Soviética, com a criação de zonas de influência dessas duas potências, mais comumente conhecidas pelas denominações “ mundo livre ” e “bloco comunista”.

Argumenta-se que o período de 1945-1973 foi um período dourado, a “Era de ouro do capitalismo” no século XX: altas taxas de crescimento econômico, expansão da produção e da demanda, processos de descolonização na África e na Ásia, mudanças sociais, políticas e culturais etc. Tudo isso fez parte de um período que diversos autores consideram “notável”: tratava-se de uma expansão ocorrida imediatamente após o colapso econômico mundial sucedido nos trinta anos anteriores.

Em contrapartida, é importante que mencionemos que a primeira metade do Século XX, do ponto de vista mais geral e mundial, foi um período extremamente conturbado, econômica e politicamente. Foi a época do ocaso da hegemonia britânica - que havia prevalecido durante praticamente todo o Século XIX - e de grandes acontecimentos, dentre os quais elencamos:

- as duas primeiras grandes guerras mundiais que, em termos práticos, foram guerras pela sucessão hegemônica;
- o colapso da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que evidenciou o fracasso das políticas econômicas de cunho mais liberal;
- o início de um longo período de experiências de intervenção mais forte dos Estados Nacionais na economia, inaugurado pelo New Deal nos Estados Unidos, sob a presidência de Frank Delano Roosevelt;
- as experiências gerenciais e organizativas, no campo da produção de mercadorias, que começaram a ser efetuadas nos EUA com base nas ideias de Frederic Taylor e Henri Ford.

A respeito do declínio britânico e da ascensão econômica dos Estados Unidos, [Jeffrey Frieden](#), no livro *O Capitalismo Global*, nos contextualiza em um aspecto importante da conjuntura dos anos 1910:

A guerra devastou a Europa, mas tornou os Estados Unidos a principal potência industrial, financeira e comercial do mundo. A produção de manufaturas norte-americanas quase triplicou durante os anos da guerra, de US\$ 23 bilhões em 1914, para US\$ 60 bilhões, em 1919. Em 1913, as nações industriais europeias - Alemanha, Grã-Bretanha, França e Bélgica - produziam juntas bem mais que os Estados Unidos. No fim da década de 1920, os Estados Unidos já haviam superado esses países, produzindo quase o dobro deles. De 1914 a 1919, os Estados Unidos passaram da condição de maior devedor do mundo para a de principal credor. As potências europeias dependiam da liderança financeira, comercial e diplomática norte-americana para se recuperar da guerra mais destrutiva até então testemunhada pelo mundo. Enquanto os europeus se recuperavam com dificuldade, os Estados Unidos se fortaleciam. O tamanho das

economias da Grã-Bretanha e da Alemanha não voltou ao normal até 1925, quando a economia norte-americana experimentava um crescimento de 50% em relação a 1914. Os países fora da Europa, cujas necessidades econômicas sempre dependeram do Velho Mundo, começaram a se voltar para os Estados Unidos. (2008, p. 148)

Em outras palavras, já estava em curso, naquele período de turbulência global, a passagem da supremacia britânica para a supremacia estadunidense.

Já em relação ao colapso do liberalismo, vale a pena lermos um pequeno trecho da obra *Era dos Extremos*, do historiador [Eric Hobsbawm](#):

Não era preciso ser marxista, nem mostrar interesse por Marx, para ver como era diferente da economia de livre competição do século XIX o capitalismo entreguerras. Na verdade, muito antes da quebra de Wall Street, um inteligente banqueiro suíço observou que o fato de o liberalismo econômico (e, acrescentou do socialismo pré-1917) não conseguir manter-se como programa universal explicava a tendência a uma economia autocrática – fascista comunista ou sob os auspícios de grandes corporações independentes de seus acionistas. E no final da década de 1930, as ortodoxias liberais da livre competição pareciam tão desgastadas que a economia mundial podia ser vista como um sistema tríplice composto de um setor de mercado, um Governamental (dentro do qual as economias planejadas ou controladas, como as do Japão, Turquia, Alemanha e União Soviética, faziam suas transações umas com as outras), e um setor de autoridades públicas e quase públicas internacionais que regulavam algumas partes da economia (por exemplo, com acordos internacionais de mercadorias). (1996, p. 108)



Veja uma pequena biografia de Eric Hobsbawm no final do livro.

Frieden, citado anteriormente, também nos relata a confusão do final dos anos 1920 e início da década de 1930:

Apesar de divisões e diferenças, um fio condutor comum uniu as reações de todos os países industriais e semi-industriais contra a depressão econômica. Todos – com exceção da União Soviética, que buscava um socialismo organizado – implementaram, de uma forma ou de outra, algum tipo de capitalismo organizado. Governos apoiaram cartéis para que os preços se estabilizassem, permitiram ou estimularam uma organização de salários e manipularam as políticas macroeconômicas para afetar a economia nacional. O caos dos primeiros anos pós-1929 deixou marcas em todos os lugares, que apontavam para o fim do laissez-faire e em direção a uma participação vigorosa dos governos na economia. Para alguns países, o experimento era uma tentativa; para outros, algo revolucionário, mas em toda parte o caminho estava livre para novas abordagens acerca dos problemas das economias modernas. (2008, p. 211)

O que estava em xeque, no fundo, era o sistema internacional, que tinha sido construído pela hegemonia britânica, então em colapso. Giovanni Arrighi, por exemplo, escreveu o seguinte sobre o período em questão:

No fim da década de 1920, os empréstimos e investimentos diretos dos Estados Unidos no exterior haviam acumulado ativos líquidos em contas particulares no valor de mais de US\$ 8 bilhões. No final, porém, os crescentes desequilíbrios estruturais dos pagamentos mundiais estavam fadados a impedir a continuidade desse processo, sobretudo em vista das tentativas generalizadas dos governos de restabelecer o pa-

drão ouro de suas moedas. Os investimentos de capital que cruzavam as fronteiras estatais assumiram um caráter cada vez mais especulativo e de curto prazo. Nessa situação, uma alta ou baixa especulativa repentina nos Estados Unidos resultariam numa suspensão dos empréstimos externos e no desmoronamento de toda a complexa estrutura em que se baseava o restabelecimento do comércio mundial. E foi justamente isso que acabou acontecendo. Perto do fim de 1928, a alta de Wall Street começou a desviar os recursos dos empréstimos externos para a especulação interna. À medida que os bancos norte-americanos foram cancelando seus empréstimos europeus, a exportação líquida de capitais dos Estados Unidos – que subira de menos de US\$ 200 milhões em 1926 para mais de US\$ 1 bilhão em 1928 – voltou a despencar para US\$ 200 milhões em 1929. A interrupção dos empréstimos e investimentos estrangeiros dos Estados Unidos tornou-se permanente, com a quebra de Wall Street e a subsequente depressão da economia norte-americana. Confrontados com os cancelamentos súbitos ou as fugas dos capitais de curto prazo, um país após outro se viu obrigado a proteger sua moeda, fosse através da desvalorização, fosse pelo controle do câmbio. A suspensão da conversibilidade da libra britânica em ouro, em setembro de 1931, levou à destruição final da única rede de transações comerciais e financeiras em que se baseavam os destinos da City londrina. O protecionismo exacerbou-se furiosamente, a busca de moedas estáveis foi abandonada e o “capitalismo mundial retraiu-se nos iglus de suas economias de Estados nacionais e dos impérios que lhes estavam associados” (HOBBSAWM, 1991, p. 131). (ARRIGHI, 1996, p. 282-3)

Em resumo, podemos perceber que a economia mundial, durante o período de desorganização ocorrido entre as duas guerras mundiais, já estava começando a se organizar de forma muito distinta dos preceitos do “imperialismo de livre comércio”, tendo como destaque a forte intervenção estatal na economia. Depois de 1945, essa maior intervenção ficou consagrada com a expressão **keynesianismo**, indicando um conjunto de políticas monetárias e fiscais que tinham como pressuposto a necessidade de estímulo à demanda efetiva. O fato é que se iniciava uma nova fase de “reprodução ampliada da economia mundial capitalista”, para usar os termos de Arrighi:

No fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial: em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em São Francisco, novas formas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas. (1996, p. 283)

Palavra do Professor

Caro estudante, você deve ter reparado que estamos dialogando com muitos grandes pensadores para delinear os principais aspectos da evolução econômica do capitalismo. No final do livro, você pode conferir uma pequena biografia dos autores que mais citamos, além das referências completas das obras utilizadas.

1.3 ALICERCES DA HEGEMONIA DOS EUA

Nesta seção, detalharemos um pouco mais sobre os alicerces dessa nova hegemonia (EUA), então emergente. Dessa forma, vamos apresentar os principais contornos dos “anos dourados” do capitalismo no Século XX: o período 1945-1973.

Você já deve ter notado que os Estados Unidos saíram muito fortalecidos da Segunda Guerra Mundial, e isso não especificamente do ponto de vista da vitória militar sobre os alemães: como nos lembra o historiador Eric Hobsbawm, foi o exército vermelho (portanto, a URSS) quem efetivamente derrotou o nazismo. Estamos falando aqui do ponto de vista econômico e político. Do ponto de vista político, só pelo fato de travarem a guerra no terreno dos outros, os Estados Unidos demonstraram uma posição de força muito importante. Como nos ensina o historiador Fernand Braudel, “quando se é forte, a guerra fica na casa dos outros” (1998, p. 50). Dessa forma, do ponto de vista econômico, as estruturas produtivas nos Estados Unidos não foram afetadas durante os anos de conflito. Pelo contrário, os contornos do que se disseminou mais tarde como fordismo estavam sendo moldados. E o próprio esforço de guerra, no sentido de fornecimento de alimentos, roupas e armamentos para as bases militares e campos de batalha, por si só, foram elementos da dinâmica econômica estadunidense. O papel do Estado, nesse sentido, foi fundamental:

Os EUA entraram na guerra com reservas consideráveis de recursos não empregados – tanto de capacidade industrial instalada quanto de mão-de-obra. Mas a forte recuperação promovida pela demanda militar iria exigir, muito rapidamente, a “conversão” da indústria civil. O papel da mobilização bélica no crescimento rápido da economia é inequívoco: em 1940 – apesar da expansão observada durante o New Deal – o gasto público federal representava apenas 8,2% do PIB. Em 1944, os gastos do governo federal chegaram a 52,3% do produto interno bruto. (TAVARES; BELLUZZO, 2004, p. 123)

Mas não só isso. A própria reconstrução da Europa e do Japão, no imediato pós-guerra, formalmente orquestrada através do Plano Marshall, garantiu, por si só, uma gigantesca demanda pelos produtos e serviços dos capitais estadunidenses. Por isso, as empresas daquele país tiveram anos de grande lucratividade, ao terem garantido acesso a mercados em reconstrução. Como nos recorda Wallerstein:

É claro, as indústrias dos EUA aumentavam sua eficiência já há mais de um século. Este desenvolvimento econômico a longo prazo e o colapso das estruturas econômicas dos outros principais centros de produção mundial deram aos EUA uma enorme vantagem em termos produtivos, pelo menos durante algum tempo, e levaram a que os produtos dos EUA dominassem facilmente o mercado mundial. (2004, p. 55)

É o que é, acertadamente, chamado de economia de guerra.

Temendo que a fragilidade econômica dos países europeus pudesse abrir caminho para o socialismo, os EUA enviaram enormes recursos financeiros para a reconstrução da Europa como um todo. Dessa forma, no ano de 1948, foi instaurado este Plano, cujo nome faz referência a seu idealizador, o então secretário de Estado Americano George Marshall. Inglaterra, Alemanha, Itália e França usufruíram dos empréstimos do plano, os quais proporcionaram crescimento industrial, agrícola e econômico.

Trazendo alguns números para reflexão, podemos perceber o quão impressionante foi o período. Observe a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Taxas médias de crescimento dos países capitalistas avançados ao longo de vários períodos de tempo, a partir de 1820.

PERÍODO	PRODUTO	PRODUTO PER CAPITA	EXPORTAÇÕES
1820-1870	2,2	1,0	4,0
1870-1913	2,5	1,4	3,9
1913-1950	1,9	1,2	1,0
1950-1973	4,9	3,8	8,6
1973-1979	2,6	1,8	5,6
1979-1985	2,2	1,3	3,8

Fonte: Harvey (2009, p. 128).

Ficam evidentes os resultados do período 1950-1973 para os países avançados, tanto em termos de taxas de crescimento do produto (4,9% ao ano), quanto em termos de crescimento do produto per capita (3,8% ao ano) e exportações (8,6% ao ano). Foi realmente um período dourado para as principais economias capitalistas, pois como assinala Hobsbawm, a “[...] Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas” (1995, p. 255).

É importante frisar que, mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em julho de 1944, foram estabelecidos os contornos da hegemonia dos Estados Unidos. Frieden nos relata que,

No início de julho de 1944, cerca de mil representantes de mais de 40 países se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire. Durante três semanas, sob a liderança de White e Keynes, as delegações traçaram planos para o FMI e o Banco Mundial – bem como para a ordem financeira e monetária do pós-guerra. O sistema criado em [Bretton Woods](#) era único. Nunca existira uma organização como o FMI, à qual os governos membros concordaram em subordinar suas decisões sobre medidas econômicas importantes. Tampouco já havia existido uma organização como o Banco Mundial, que contava com bilhões de dólares a serem emprestados a governos ao redor do mundo. O capitalismo organizado da nova social-democracia, que havia invadido as políticas econômicas das nações capitalistas ocidentais, foi aplicado no plano internacional. (2008, p. 281)

Bretton Woods colocou o dólar como moeda internacional, dando aos Estados Unidos um domínio financeiro, até então, sem precedentes. Afinal, todos os



O Hotel Mount Washington, em [Bretton Woods](#), New Hampshire, local da histórica Conferência de 1944. Fonte: Wikipédia Commons.

países que subscreveram o acordo passaram a utilizar a moeda estadunidense como meio de pagamentos internacionais, minimizando o custo de possuírem diversas moedas estrangeiras. Aqui, vale a pena citar, mais uma vez, Frieden:

[...] o acordo monetário de Bretton Woods manteve os valores das moedas estáveis e os mercados abertos, estimulando o comércio e os investimentos de longo prazo. Mas, ao mesmo tempo, impôs barreiras a movimentações financeiras para que os governos pudessem adotar as medidas que lhes conviessem. A estabilidade monetária das décadas de 1950 e 1960 contribuiu para o crescimento do comércio e dos investimentos internacionais e os governos puderam adotar políticas macroeconômicas que estavam de acordo com suas condições internas. (2008, p. 314)

Em resumo, do ponto de vista financeiro, os Estados Unidos obtiveram uma posição de liderança no período mencionado, pois a estabilidade monetária do sistema internacional passava pelo Federal Reserve americano, em um sistema baseado, a partir de 1959, no padrão dólar-ouro.

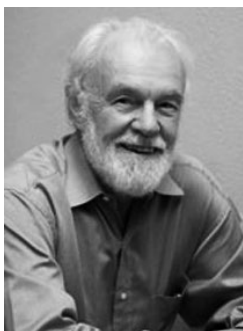
The Fed é o banco central dos Estados Unidos da América.

Saiba Mais

De acordo com Frieden, “[...] até 1958 a economia mundial evoluía com base somente no dólar. Na última semana daquele ano, no entanto, a maior parte das moedas se tornou convertível, portanto livre para o comércio nos mercados abertos. A partir desse momento e até 1971, o sistema monetário internacional operava na seguinte base: uma onça de ouro valia U\$ 35 e as outras moedas fixavam-se no dólar a taxas de cambio preestabelecidas” (2008, p. 312).

Por isso, Hobsbawm afirmou que a “[...] Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente” (1995, p. 270). Do ponto de vista especificamente produtivo, esse mesmo historiador escreve que houve uma “[...] substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia” (idem, p. 264). Dessa forma, quanto a este primeiro aspecto, a reestruturação capitalista implicou a intervenção mais direta dos estados nacionais em suas economias, incluindo aí um conjunto de políticas sociais. Isso teve como resultado a criação de “**Estados de bem-estar social**” nos países mais avançados. Hobsbawm também nos descreve que,

As grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções, são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos: da França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coréia do Sul. (1995, p. 264)



Veja uma pequena biografia de David Harvey no final deste livro.

Quanto a este segundo aspecto, ocorreu uma mudança na divisão internacional do trabalho, “muito mais elaborada e sofisticada”. De acordo com o autor que estamos citando, “[...] o que de fato explodiu foi o comércio de produtos industrializados, sobretudo entre os países centrais industriais. O comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953” (1995, p. 264).

David Harvey interpreta essa expansão do pós-guerra como resultante de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. Nas palavras deste autor,

[...] o Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (2009, p. 125)

Em outras palavras, ocorreu um “equilíbrio de poder” entre o Estado, o capital corporativo e os sindicatos moderados, o que sustentou o crescimento desse período nos países mais avançados.

Podemos dizer que os Estados Unidos foram os grandes beneficiários iniciais da nova configuração da economia mundial, que emergiu da Segunda Grande Guerra. A partir do acordo de Bretton Woods, esse país garantiu a hegemonia financeira, pois sua moeda virou a peça-chave do sistema financeiro internacional. O modelo de empresa americano, isto é, o fordismo, teve resultados impressionantes no período.

Também vale a pena lermos essa longa citação de David Harvey:

O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entreguerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Ruhr-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Iocoama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos. (2009, p. 125)

E, para concluir, apresentamos aqui um argumento teórico que fundamenta nossa concepção desse assunto, pois as décadas de ouro do capitalismo no Século XX devem ser contextualizadas no âmbito dos ciclos de Kondratieff, como tão bem destaca Wallerstein:

O período entre 1945 e os dias de hoje é o período típico de um ciclo de Kondratieff da economia-mundo capitalista que tem, com sempre, duas fases: uma fase A, ou curva ascendente de expansão econômica, que neste caso ocorreu de 1945 a 1967-73, e uma fase B, ou curva descendente de contração econômica, que existe desde 1967-1973 até os nossos dias e que provavelmente continuará por vários anos. (2004, p. 54)

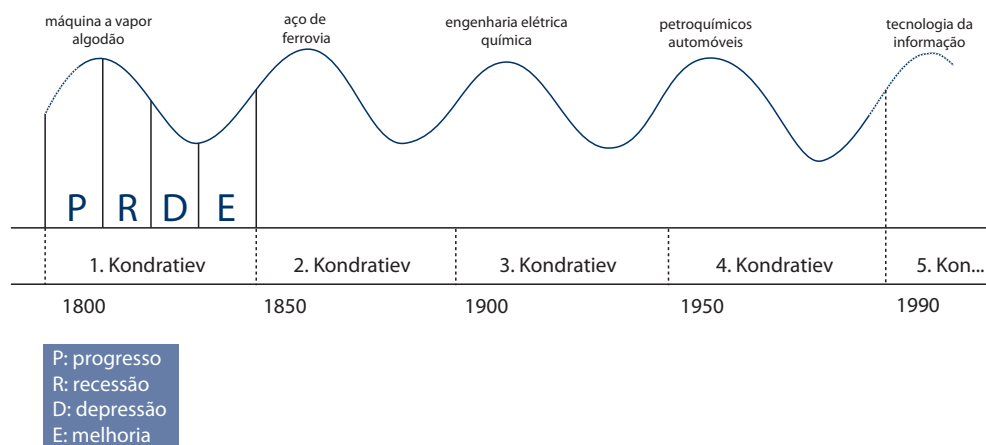


Figura 1 - Onda de Kondratieff.

Fonte: Wikipedia Commons.

Na próxima unidade, traçaremos um quadro geral do capitalismo contemporâneo na década de 1970.

Palavra do Professor



Caro aluno, encerramos a primeira unidade da nossa disciplina. Agora, você precisa reler o que vimos, no resumo a seguir, para realizar as atividades de aprendizagem, pois elas são um importante instrumento de estudo. Não se esqueça de assistir a Videoaula 1 no ambiente virtual, recorrendo ao tutores caso tenham restado dúvidas sobre o conteúdo. Dessa forma, você estará bem preparado para a unidade que virá logo adiante. Bom trabalho!

Resumo da unidade:

Os Estados Unidos foram o país que emergiu para a hegemonia mundial, após a reorganização econômica sucedida a partir de 1945. Tornando-se a principal potência na economia mundial no imediato pós-guerra, os EUA promoveram a reorganização econômica, política e institucional do capitalismo global.

Nesta unidade, tratamos das principais políticas de Estado que consolidaram essa nova hegemonia dos EUA, dentre elas o sistema Bretton Woods e o Plano Marshall. Também mencionamos a criação de Estados de bem-estar social, a reestruturação do capitalismo e a globalização da economia que implicavam em políticas sociais intervencionistas. Dessa forma, o Estado assume novos papéis face a um conjunto de mudanças em escala global, que incluíram os processos de produção e alterações na divisão internacional do trabalho.

Atividade de Aprendizagem – 1



- 1) Descreva, sucintamente, a conjuntura econômica mundial no período entre as duas grandes guerras mundiais do Século XX.
- 2) Como e por que os Estados Unidos emergiram como potência hegemônica após a Segunda Guerra Mundial?





2

A CRISE MUNDIAL DOS ANOS 1970

Caro estudante, nesta unidade, daremos continuidade à abordagem iniciada no capítulo anterior, pertinente à evolução econômica do capitalismo. Neste sentido, apresentaremos as causas e consequências da crise mundial dos anos 1970. Ao concluí-la, você será capaz de:

- descrever as causas da crise econômica mundial dos anos 1970; e
- entender a crise do fordismo e a emergência da acumulação flexível.

2.1 INTRODUÇÃO

Como apresentamos na unidade anterior, a época que se estende de 1950 até 1973 foi o período mais contínuo e lucrativo de crescimento econômico da história do capitalismo mundial. A chamada “idade de ouro do capitalismo” sustentou um crescimento em ritmo alucinante da economia mundial. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970. Ainda mais espetacular, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. A produção agrícola também cresceu, pois a produção de grãos por hectare quase duplicou a partir de 1950. Esse salto na produtividade teve como força motriz o sistema de produção fordista.

2.2 DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Você já deve ter estudado sobre essa forma corporativa de organização de negócios que impôs um modelo detalhado de divisão de trabalho que, ao fazê-lo, conseguiu enormes ganhos de produtividade.

A prosperidade era um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse às mãos da maioria da população do mundo. A economia crescia num ritmo alucinante. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início de década de 1950 e o início a década de 1970. Ainda mais espetacular, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. A produção agrícola também disparou, ainda que mais modestamente. E o fez não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-1980 – e mais que duplicou na América do Norte, na

Europa Ocidental e no Leste Asiático. As indústrias de pesca, enquanto isso, triplicaram suas capturas (World Resources, 1986, p. 47 e 142).

Esse repentino salto na produtividade industrial, que fora acompanhado de perto pelo incremento das técnicas de cultivo, teve como força motriz o sistema de produção fordista. O fordismo revolucionou a forma corporativa de organização de negócios, impondo um modelo detalhado de divisão de trabalho que, ao fazê-lo, conseguiu enormes ganhos de produtividade – fato que o distinguiu substancialmente do taylorismo. A grande inovação de Henry Ford foi, segundo Harvey,

[...] o reconhecimento explícito que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (2009, p. 121)

O sistema fordista de produção em larga escala, segundo [Antonio Gramsci](#), equivalia ao

[...] maior esforço coletivo até para criar, com velocidades sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida. (1985)

Dessa forma, o fordismo ascendeu e prosperou ao lado do “[liberalismo embutido](#)”, que foi vital para sua manutenção. O fordismo, enquanto forma de organização político-econômica, assenta-se no “compromisso de classe” entre o capital e o trabalho como garantia primordial da paz e da harmonia domésticas. Os Estados intervieram diretamente na política econômica, sendo que muitos países se tornaram o principal agente promotor do crescimento econômico.

Contudo, uma radical transformação ocorreu entre os anos emblemáticos de 1968-73. Duas ocorrências distintas e mutuamente reforçadoras vieram à tona:

- por um lado, a acumulação de um montante crescente de liquidez mundial, em depósitos que nenhum governo controlava, exerceu uma pressão cada vez maior sobre os governos, no sentido de que eles manipulassem as taxas de câmbio de suas moedas e as taxas de juros;
- por outro lado, as alterações contínuas das taxas de câmbio entre as principais moedas nacionais, bem como dos diferenciais das taxas de juros, multiplicaram as oportunidades de expansão do capital mantido em mercados monetários *offshore*, através do comércio e da especulação com divisas.



Veja uma pequena biografia de [Antonio Gramsci](#) no final deste livro.

Expressão empregada por David Harvey no livro *O neoliberalismo: história e implicações* (2008). Como concordamos com a expressão, ela será utilizada no restante do capítulo. O regime Bretton Woods favoreceu o “[liberalismo embutido](#)”, como passou a ser conhecido, que permitia o movimento de capitais em várias economias, mas o disciplinava no quadro de uma série de limites estabelecidos através de um processo político. Fonte: WADE, Robert Hunter. Financial regime change?. *New left review*, n. 53, 2008. ISSN 0028-6060.

Àquela época, as estruturas políticas e econômicas que vigoraram desde o final da Segunda Guerra Mundial já estavam condenadas. A brutal recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, fez com que o mundo perdesse suas referências e resvasse para a instabilidade e para a crise, como nos lembra o historiador Eric Hobsbawm. Como consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e social. Em meio a tantas oscilações e incertezas, uma nova série de experimentos nos domínios da organização industrial e da vida social começou a tomar corpo.

Em curto espaço de tempo, concretizou-se um novo regime de acumulação, apoiado na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Como destacado detalhadamente por David Harvey no livro *Condição pós-moderna* (1993), esse novo modo de organização da produção, a **acumulação flexível**, envolve uma rápida mudança dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas.



Taiichi Ohno, criador do Toyotismo, que é um regime de acumulação flexível.

2.3 AS CAUSAS DA CRISE

Vários autores, mesmo partindo de perspectivas distintas, concordam que as últimas décadas do Século XX presenciaram uma mudança no funcionamento do capitalismo (Castells, 2006; Harvey, 2009; Frieden, 2009; Hobsbawm, 1998; Arrighi, 2009). A história que se seguiu após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. Embora ainda não estivesse claro, em 1980, que as bases do antigo modelo de expansão e acumulação de capital haviam desmoronado irrecuperavelmente, o fato é que, desde então, consegue-se perceber indícios de várias mudanças na geografia e na história da acumulação de capital e poder.

Muitas causas explicam por que se demorou tanto a reconhecer a natureza extraordinária da era. Para os Estados Unidos, que passaram a dominar absolutamente a economia mundial após o término da Segunda Guerra Mundial (1945), o momento foi especialmente bondoso. O país não sofreu danos severos, aumentou seu Produto Nacional Bruto (PNB) em dois terços (VAN DER WEE, 1987, p. 30) e acabou a guerra com quase dois terços da produção industrial mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 254). Para os países europeus e para o Japão, a prioridade absoluta foi a recuperação da guerra. Tal empreendimento só seria possível com uma substancial colaboração externa [vinda dos Estados Unidos], combinada com um grande esforço nacional.

Saiba Mais



No caso europeu, a colaboração veio na forma de investimento direto, através do já mencionado Plano Marshall. Essa abertura comercial permitiu que a capacidade excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures. Enquanto isso, o progresso internacional do americanismo e do fordismo significou a formação de mercados de massa na dinâmica global. O novo internacionalismo transformou os EUA numa espécie de banqueiro mundial que, em troca, exigia a abertura de mercados para o capital e mercadorias das grandes corporações sediadas naquele país.

Os efeitos começaram a ser sentidos em 1960, quando o desemprego médio na Europa Ocidental estacionou em 1,5%. A prosperidade levou o clube de economias industriais avançadas, a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a rever para cima suas previsões de crescimento. No início da década de 1970, esperava-se que fossem superiores a 5% (Glyn, Hughes, Lipietz & Singh, 1990, p. 39). Mas não seriam, como veremos agora.

A Era que compreende o início da Guerra da Coreia (1950) até o final da Guerra do Vietnã (1973) foi o período mais contínuo e lucrativo de crescimento econômico da história do capitalismo mundial. Essa opulência pertenceu, essencialmente, ao mundo capitalista ocidental que, nessa época, correspondia a cerca de três quartos da produção do mundo e mais de 80% de suas exportações manufaturadas (OCDE Impact, 1979, p. 18-9).

O liberalismo embutido produziu elevadas taxas de crescimento nos países capitalistas avançados. As décadas de 1950 e 1960 constituem o período em que o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção, em escala suficientemente densa para criar a renovação das condições de cooperação e divisão do trabalho. No entanto, à fase de expansão material resultaram:

- uma grande intensificação das pressões competitivas sobre toda e qualquer organização governamental e empresarial da economia mundial capitalista; e
- a conseqüente retirada maciça de capital monetário do comércio e da produção.

Mesmo com tantos sinais, alguns muito tênues, outros demasiado evidentes, a natureza global da crise não foi imediatamente reconhecida, tampouco admitida. O termo mais usado entre os políticos, economistas ou homens de negócios foi “recessão” e, como tal, deveria ser percebida como algo passageiro. Segundo esse parecer, não haveria motivos suficientes para um alarde ge-

neralizado, posto que o desenvolvimento capitalista continuasse, mesmo que em ritmo desacelerado. Entretanto, os eventos que se sucederam e eclodiram em todo o planeta confirmariam o contrário.

Perto do final da década de 1960, o liberalismo embutido começou a desmoronar. O desemprego e a inflação aumentavam em toda parte, desencadeando crises fiscais em vários países (por exemplo, até a próspera Inglaterra teve de ser socorrida pelos fundos do FMI em 1975-76). Enquanto isso, as receitas de impostos caíram e os **gastos sociais dispararam**.

Palavra do Professor



Você deve saber que a onda de bem-estar econômico que vigorou desde o período do pós-guerra até 1970 criou as condições necessárias para assegurar uma aliança, ainda que volátil, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Enquanto “o bolo” da lucratividade aumentava a nível mundial, os capitalistas não se importavam em compartilhar amplas fatias desse bolo com os trabalhadores. Mas, no momento em que a economia já não mais respondia aos “humores dos homens de negócio”, dando explícitos sinais de um iminente colapso, a classe privilegiada viu-se ameaçada e se achou no direito de, gradativamente, garantir para si pedaços maiores. Os programas sociais promovidos pelo governo consumiam fatias generosas do bolo econômico. O padrão do salário social e os sistemas de bem-estar relativos à saúde e à instrução, por exemplo, se tornaram alvos de sucessivas críticas. A exploração do trabalho, por fim, havia retomado o fôlego de outrora, quiçá, até com entusiasmo renovado.

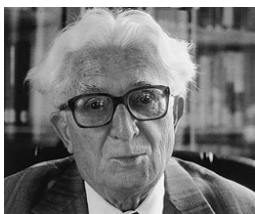
Os dólares americanos inundaram o mundo, trafegaram livremente entre as fronteiras nacionais e, ao escaparem dos controles governamentais, foram depositados em bancos europeus. Como consequência, em 1971, as taxas de câmbio fixas de Bretton Woods foram abandonadas. O ouro não poderia mais funcionar como base da moeda internacional e as taxas de juros passaram a ser flutuantes. O liberalismo embutido, que desde 1945 havia gerado espetaculares crescimentos nos países capitalistas, estava dando mostras de esgotamento.

Na longa citação de Arrighi que apresentamos abaixo, retirada do livro *O Longo Século XX*, há uma boa síntese do que ocorreu na esfera financeira:

A mudança ocorreu nos anos cruciais de 1968-73. Durante esses anos, os depósitos no chamado mercado de eurodólares ou de eurodivisas passaram por uma alta repentina, seguida por vinte anos de crescimento explosivo. E, durante esses mesmos seis anos, o sistema de paridades fixas entre as principais moedas nacionais e o dólar norte-americano, bem como entre o dólar norte-americano e o ouro, que tinha vigorado durante toda a fase de expansão material, foi abandonado em favor do sistema de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes – um sistema que alguns (como Aglietta) não consideram ser sequer um sistema, mas apenas a forma assumida pela crise do sistema preexistente.

Essas foram ocorrências distintas, mas mutuamente reforçadas. Por um lado, a acumulação de uma massa crescente de liquidez mundial, em depósitos que nenhum governo controlava, exerceu uma pressão cada vez maior sobre os governos, no sentido de que eles manipulassem as taxas de câmbio de suas moedas e as taxas de juros, a fim de atrair ou repelir a liquidez mantida nos mercados offshore, para compensar a escassez ou os excessos em suas próprias economias internas. Por outro lado, as alterações contínuas das taxas de câmbio entre as principais moedas nacionais, bem como dos diferenciais das taxas de juros, multiplicaram as oportunidades de expansão do capital mantido em mercados monetários offshore, através do comércio e da especulação com divisas.

Como resultado dessas ocorrências mutuamente reforçadoras, em meados da década de 1970 o volume das transações puramente monetárias realizadas nos mercados monetários offshore já ultrapassava em muitas vezes o valor do comércio mundial. A partir daí, tornou-se impossível deter a expansão financeira. Segundo uma estimativa, em 1979 o comércio de divisas atingiu a cifra de US\$ 175 trilhões, ou mais de onze vezes o valor total do comércio mundial (US\$ 1,5 trilhão); cinco anos depois, o comércio de divisas dera um salto para US\$ 35 trilhões, ou quase vinte vezes o valor total do comércio mundial, que também tivera um aumento, mas de apenas 20%. Segundo outra estimativa, as simples transações anuais no mercado de eurodólares de Londres foram seis vezes maiores que o valor do comércio mundial em 1979, porém vinte e cinco vezes maiores sete anos depois. (ARRIGHI, 1996, p. 308-309)



Veja uma pequena biografia de Fernand Braudel no final do livro.

Entretanto, como insistia Braudel, vale lembrar que expansões financeiras desse tipo se repetem desde o Século XIV. Segundo Arrighi (1996), elas são reações típicas do capital à intensificação das pressões competitivas que decorrem, invariavelmente, de todas as grandes expansões do comércio e da produção globais. O que vem mudando, conforme esse autor são a “escala, o âmbito e a sofisticação técnica”, que são muito maiores do que as expansões anteriores. Para ele, isso tudo é a “[...] continuação da sólida tendência da *longue durée* do capitalismo histórico à formação de blocos cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais como principais agentes da acumulação de capital em escala mundial” (1996, p. 309).

Outro estudioso, já citado neste nosso texto, resume da seguinte forma o cenário mundial a partir de 1973:

A partir de 1973, as tensões acumuladas no período do pós-guerra atingiram o ápice. O crescimento dos países capitalistas avançados desacelerou e por mais de uma década permaneceu a metade dos índices do pós-guerra. O desemprego dobrou ou triplicou. Na Europa Ocidental e na América do Norte, cada vez mais pessoas procuravam emprego, o que não ocorria com tamanha intensidade desde a década de 1930. A inflação chegou a três ou quatro vezes a média do pós-guerra e o preço do barril do petróleo, força motriz do mundo industrial, subiu de US\$ 3 para US\$ 30. Os mercados financeiros globais cresceram de forma inimaginável; centenas de bilhões de dólares circulando ao redor do mundo faziam as moedas subirem ou caírem 10% em poucos dias. Países em desenvolvimento e nações socialistas tomaram empréstimos de trilhões de dólares e, então, desencadearam uma onda de inadimplência, que rivalizou com a da década de 1930, e crises econômicas internas – em geral, piores do que as daquela época. (FRIEDEN, 2008, p. 387)

Deve-se levar em conta que a **camada superior capitalista**, onde se fazem os lucros em larga escala, tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontram nessa situação (BRAUDEL, 1982).

É importante que você saiba que Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura de três patamares. Nesta, como em todas as hierarquias, as camadas superiores não poderiam existir sem os estágios inferiores de que dependem. A camada inferior – e, até muito recentemente, a mais ampla – é a de uma economia elementar, basicamente autossuficiente. Acima dessa camada vem o campo mais favorecido da economia de mercado, com suas muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados. Depois, além, vem a zona de antimercado por onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva. Este é o verdadeiro lar do capitalismo. Trata-se de uma zona que paira acima do mundo ensolarado da economia de mercado e constitui seu limite superior. (...) Sem essa zona o capitalismo é impensável: é nela que ele prospera (BRAUDEL, 1982, p. 24, 229-230).

“As fases DM, de expansão material, consistem em fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento. Já as fases MD’, de expansão financeira, consistem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida atingiu ou está próximo de atingir seus limites e a economia capitalista mundial ‘se desloca’, através de reestruturação e reorganizações radicais, para outra via” (ARRIGHI, 1996, p. 9).

As expansões financeiras são sintomáticas de uma situação em que os investimentos monetários na expansão do comércio e da produção deixam de ser vantajosos em relação às negociações de natureza financeira. Nessa fase, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar à sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na **fórmula marxista abreviada (DD’)**.

Para dizer de outra forma, por volta de 1970, ocorreu uma estagnação na economia-mundo. Segundo Wallerstein,

A medida crucial para avaliar uma estagnação na economia-mundo é uma considerável quebra dos lucros obtidos na produção em relação aos níveis em que se encontravam no período precedente, a fase A. Isso tem consequências claras. Primeiro, as pessoas com capital deslocam suas principais iniciativas de busca de lucro, passando da esfera produtiva para a esfera financeira. Segundo, o desemprego em nível mundial aumenta de forma significativa. Terceiro, ocorrem importantes mudanças de localizações de produção, das áreas com salários mais elevados para áreas com salários mais baixos (aquilo a que se costumava chamar o fenômeno das fugas de fábricas). Esse trio de consequências pôde ser observado em nível mundial por volta de 1970. (2004, p. 69)

Esse mesmo autor nos aponta que o acontecimento econômico mais marcante do início da década de 1970 foi o aumento dos preços do petróleo efetuado pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Segundo ele, ocorreu um efeito imediato a partir desse aumento de preços, pois praticamente todos os outros produtos tiveram seus preços aumentados. Isso ocasionou uma redução na produção em muitos setores, o que, segundo Wallerstein,

foi positivo, dado o excedente de produção existente (superprodução). Na sequência desse raciocínio, esse autor observa o seguinte:

Os países que se apoiavam nas receitas da exportação de matérias-primas viram descer os seus rendimentos provenientes destas fontes, no mesmo momento em que suas importações aumentavam de preço; assim, enfrentaram graves dificuldades de equilíbrio de contas. Os rendimentos acrescidos da venda do petróleo iam primeiro para os países produtores de petróleo e, claro, para as chamadas Sete Irmãs, as megaestruturas transnacionais da indústria do petróleo. Os países produtores de petróleo tinham subitamente, um excedente monetário. Algum foi canalizado para gastos aumentados, em grande medida, por importações, o que ajudou a restaurar a demanda nos países do Norte. Mas outra parte foi para contas bancárias, principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha. Os fundos acrescidos nos bancos tinham de ser emprestados a alguém. Estes bancos impingiram agressivamente empréstimos aos ministros das Finanças de países mais pobres, que sofriam de dificuldades no equilíbrio das contas, de forte desemprego e, em consequência, de agitação interna. Estes países pediram emprestadas quantias consideráveis, mas depois tiveram dificuldades para pagar os empréstimos, sobre os quais os juros compostos até o pagamento das dívidas, em 1980, já tinham subido para níveis intoleráveis. Foi nessa altura que a vantagem competitiva japonesa floresceu subitamente, embora a Europa Ocidental também não estivesse mal, enquanto os Estados Unidos sofriam com a chamada estagflação. (WALLERSTEIN, 2004, p. 60-61)

No livro *Adam Smith em Pequim* (2009), Giovanni Arrighi discorre sobre a dinâmica social da crise. Ao fazê-lo, chama a atenção também para o papel desempenhado pelo conflito capital – trabalho como elemento explicativo da situação de crise econômica mundial dos anos 1970. Ele afirma que a ordem mundial norte-americana do pós-guerra se deu em um contexto de “[...] militância trabalhista crescente no centro e de revolução comunista nas regiões periféricas e semiperiféricas” (2009, p. 135). Em seguida, dar especial ênfase ao poder do trabalho no cenário de crise de lucratividade então vivenciado pelas empresas dos países centrais:

Como indicam as experiências norte-americana e francesa, o poder do trabalho na transição do boom para a estagnação relativa do fim da década de 1960 e início da década de 1970 não foi mero reflexo da concorrência entre os capitalistas, como fora, em boa parte, no início da retração do fim do Século XIX. Ao contrário, foi importante o suficiente para dar sua contribuição independente não só para o arrocho da lucratividade por trás da transição, como também para o caminho inflacionário e não deflacionário do início da retração. (ARRIGHI, 2009, p. 138)

E por que isso ocorreu? Porque os compromissos do tipo fordista e ligados às políticas salariais, que transferiam parte dos ganhos de produtividade para os trabalhadores, não puderam ser cumpridos no curto prazo. Em outras palavras, os capitalistas não tiveram condições políticas de congelar, ou mesmo reduzir os salários, como solução para a manutenção dos índices de

lucratividade. Dessa forma, os capitalistas não conseguiram transferir para os trabalhadores, no curto prazo, o ônus do ajuste que seria necessário naquele momento. Assim, para restaurar a lucratividade prejudicada pela superprodução e pela maior concorrência, a manutenção ou o aumento dos salários foram transferidos para os preços das mercadorias.

Uma saída possível seria a simples transferência de unidades produtivas para as regiões periféricas, atrás dos baixos salários. Mas, como nos recorda Arrighi, essa migração do capital industrial, isto é,

[...] o deslocamento das atividades industriais dos países mais ricos para os mais pobres levou, com mais frequência, ao surgimento de novos e fortes movimentos trabalhistas nos locais de baixos salários onde houve investimentos, em vez da ineqüívoca “corrida para o fundo do poço”. (2009, p. 138)

E ele termina essa argumentação concluindo que os conflitos por salários e condições de trabalho nas regiões centrais não só

[...] contribuíram para o arrocho inicial da lucratividade no período fundamental entre 1968 e 1973, como o que é ainda mais importante, forçaram os grupos dominantes dos países capitalistas a escolher uma estratégia inflacionária, e não deflacionária, para o gerenciamento da crise. (idem, p. 140)

Beverly Silver, no livro *Forças do Trabalho* (2005), argumenta em termos bem claros que, onde o capital se localiza, estabelece-se o conflito capital-trabalho. Em outras palavras, ao se instalar nas periferias, o capital cria movimentos trabalhistas fortes que, com o tempo, vão obtendo conquistas salariais que acabam minando a motivação inicial da migração do capital (regiões de baixos salários).

2.4 EUA E PAÍSES PERIFÉRICOS NA CRISE

Para finalizar esta unidade, trataremos de mais dois assuntos. O primeiro diz respeito à situação dos países periféricos no contexto dos anos 1970. Para Frieden, a década em questão foi muito difícil para esses países, “[...] que já lutavam contra o acúmulo de problemas oriundos da industrialização por substituição de importações” (2008, p. 394). É importante que você compreenda com mais detalhes o que esse autor quer dizer com isso:

Os países menos desenvolvidos que se industrializavam rapidamente continuavam a enfrentar problemas para pagar pelas importações da indústria de combustível. A estagnação no Ocidente reduziu a demanda por seus produtos, enquanto a inflação elevou os preços dos produtos manufaturados que eles precisavam importar. Para agravar o problema, a maior parte das nações em desenvolvimento era importadora de petróleo e se deparava com contas de importação muito mais caras. O primeiro choque do petróleo somou cerca de US\$ 30 bilhões à conta de importação dos países em desenvolvimento não pertencentes à Opep; o segundo, quase US\$ 50 bilhões. O desejo de industrialização não diminuía, mas seu preço era cada vez mais alto. Os empréstimos estrangeiros permitiram às nações em desenvolvimento mais avançadas, conhecidas como países recém-industrializados (NICs, na sigla em inglês para Newly Industrialized Countries), continuarem a investir na indústria. Pouco a pouco,

o Terceiro Mundo vinha obtendo recursos junto a instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Assim, pela primeira vez desde a década de 1920, esses países podiam conseguir dinheiro de banqueiros privados internacionais. Os NICs tomaram dezenas de bilhões ao ano de bancos e de detentores de títulos de mercados estrangeiros. A América Latina angariou US\$ 50 bilhões somente em 1981, quando a região devia US\$ 300 bilhões no exterior. Os países em desenvolvimento, como um todo, deviam US\$ 750 bilhões no exterior, 75% a financiadores privados. (FRIEDEN, 2008, p. 394)

O segundo assunto se relaciona com o tema das dificuldades enfrentadas especificamente pelos Estados Unidos, encaradas por Wallerstein e Arrighi como sinais do declínio hegemônico daquele país. De acordo com o segundo, a crise iminente do regime norte-americano “[...] foi assinalada entre 1967 e 1973, em três esferas distintas e estreitamente relacionadas” (ARRIGHI, 1996, p. 310). Essas esferas são a militar, a financeira e a ideológica. No âmbito militar, as dificuldades e a posterior derrota no Vietnã colocaram em xeque a função dos Estados Unidos de polícia do mundo. No âmbito financeiro, o Sistema de Reserva Federal daquele país “[...] verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods” (idem, *ibidem*). E, no âmbito ideológico, a luta anticomunista do governo estadunidense começou a perder legitimidade tanto interna quanto externa. Para Arrighi,

Durante o resto da década de 1970, as estratégias de poder norte-americanas passaram a se caracterizar por um desprezo básico pelas funções de governo mundial. Foi como se os grupos dominantes dentro dos Estados Unidos houvessem decidido que, já que o mundo não podia mais ser governado por eles, deveria ficar entregue a seu próprio governo. (1996, p. 310)

O encerramento dos anos 1970, em escala global, foi melancólico:

O mundo enfrentou tempos difíceis entre 1973 e o início da década de 1980. O crescimento diminuiu, os preços subiram, as recessões se proliferaram e o desemprego aumentou. Os governos, acostumados ao crescimento e à prosperidade dos últimos 30 anos, pareciam incapazes de lidar com o ciclo de crises e seus conflitos decorrentes. Dessa forma, injetavam capital no problema. Os governos dos países capitalistas avançados investiam dinheiro que imprimiam ou pegavam emprestado em gastos sociais, benefícios para desempregados, subsídios comerciais e a criação de empregos públicos. Os governos dos países em desenvolvimento em melhor situação aplicavam na industrialização o dinheiro que tomava emprestado no exterior. Ambas as estratégias ajudaram a evitar problemas mais graves, mas nenhuma se sustentaria. (FRIEDEN, 2008, p. 396)

Palavra do Professor



Caro estudante, terminamos a Unidade 2. Resta, agora, fazer a leitura do resumo para a realização das atividades de aprendizagem. Caso você perceba que algum tópico não ficou claro, retorne ao texto para melhor compreender o seu conteúdo. Não se esqueça de assistir a videoaula 2, no AVEA e, sempre que julgar necessário, peça ajuda ao tutor. Bons estudos!

Resumo da unidade:

Nesta unidade, você estudou as causas da crise econômica mundial dos anos 1970. Você percebeu que a referida crise teve causas políticas, sociais, econômicas e produtivas. Em primeiro lugar, a perda de credibilidade política dos EUA, por causa do fracasso na Guerra no Vietnã, colocou em xeque a capacidade de liderança hegemônica daquele país perante os demais países centrais. Em segundo lugar, a pressão das classes trabalhadoras por melhorias salariais, tanto no centro quanto nas periferias, entrou em descompasso com o esgotamento da fase de expansão material iniciada no pós-guerra, o que comprimiu a lucratividade. Além disso, a maior concorrência mundial, por conta da emergência de empresas de outros centros, como Alemanha e Japão, reduziu a lucratividade das empresas americanas e mostrou os limites do regime fordista. A esfera financeira (crise de confiança no dólar) e a crise do petróleo também foram fatores importantes naquele contexto de crise mundial.

Atividade de Aprendizagem – 2



- 1) Como você descreveria a crise econômica mundial dos anos 1970?





3

A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA A PARTIR DA DÉCADA DE 1980: NEOLIBERALISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Caro estudante, nesta unidade objetivamos apresentar as principais mudanças capitalistas que ocorreram durante o íterim da década de 1980, as quais modificaram toda a estrutura do modo de produção, financeira e política dos Estados. Com a conclusão dos conteúdos desta unidade, você será capaz de:

- analisar a reestruturação capitalista da década de 1980;
- mostrar como emergiu o neoliberalismo como prática política e econômica; e
- compreender as mudanças no “mundo do trabalho”, surgidas a partir da disseminação da acumulação flexível.

3.1 INTRODUÇÃO

A transformação capitalista mais evidente foi caracterizada pelo surgimento e pela consolidação do neoliberalismo como o modelo político-ideológico que norteou as políticas econômicas e financeiras dos atores internacionais.

Essa transformação surge em meio a uma falta de crescimento que se transformou em crises durante a década de 1980, o que demonstrou as limitações do intervencionismo e do protecionismo até então praticados (CHANG, 2003, p.32).

Para entender a natureza dessa mudança, será necessário compreender alguns fatos importantes que ocorreram durante a década de 1970. São eles, que veremos a seguir.

3.2 A CHEGADA DO NEOLIBERALISMO

Alguns elementos, a exemplo da globalização, são extremamente importantes diante das mudanças ocorridas. Graças aos avanços nas tecnologias de transporte e comunicações, foi possível operacionalizar os intuítos neoliberais que culminaram na passagem para um modelo de acumulação flexível.

Trataremos desta temática no último capítulo deste livro-texto, ok?! Leia também os artigos sobre este tema disponibilizados no ambiente da disciplina.

Aqui, um aspecto fundamental merece ser ressaltado. É necessário entender o papel das grandes potências, a iniciar-se pela Inglaterra, e a transição para o ciclo de acumulação que apontou os Estados Unidos da América como a atual potência hegemônica. Para isso, é fundamental entender que cada ciclo de acumulação é dotado de um padrão monetário próprio, e que os regimes e instituições são criados, implantados e sustentados pelo Estado hegemônico, como argumentado por Arrighi (1996).

Por outro lado, entender esse processo contemporâneo implica, também, a compreensão das rupturas que ocorreram na passagem do “fordismo” para o “toyotismo”; mudanças que foram profundas no regime de produção e na regulação da vida social. Como destacado por Harvey, do ponto de vista produtivo, o final dos anos 1980 foi caracterizado pela coexistência do fordismo e da acumulação flexível – aliás, esta deve ser encarada mais como um reparo temporário do que como uma saída sólida da conjuntura de crise.

Também devemos frisar, aqui, que os aspectos políticos, sociais e econômicos não se desvinculam da realidade da transição para o modelo de acumulação flexível e a consolidação do neoliberalismo como ideologia e prática nas décadas de 1970 e 1980. Lembremos que, até a década de 1970, a ideologia liberal já vinha sendo a ideologia predominante no pensamento político. No entanto, a rigidez do “liberalismo embutido” impediu os avanços capitalistas, forçando uma nova estratégia para a restauração do poder de classe, a realocação de recursos essenciais e a reorganização do sistema produtivo, como destacado pelo mesmo David Harvey em *O Neoliberalismo: história e implicações* (2008).

Se quisermos situar um ano simbólico, podemos destacar 1973: foi o momento histórico que marcou o início dessa transição, iniciada a partir da crise do petróleo sucedida neste ano. Tal crise foi o estopim de uma enorme crise econômica e financeira no mundo inteiro, levando à consequente crise das instituições de Bretton Woods, com o fim do padrão dólar-ouro. Arelado a isso, claro, houve uma típica crise de superprodução naquele momento. Apontando para a necessidade urgente de mudanças, tanto na infraestrutura (acumulação flexível) quanto na superestrutura (neoliberalismo), a sobrevivência do capitalismo como modo de produção, e sua continuada expansão pelo globo, estava condicionada a essas transformações.

É fácil de perceber que a transição entre o modelo liberal antigo e o mais novo e reordenado modelo neoliberal não ocorreu facilmente, ou seja, “da noite para o dia”. Isso foi fruto de um longo processo histórico, que implicou idas e vindas para se consolidar na prática. A primeira experiência com o neoliberal-

lismo foi imposta ao Chile na década de 1970, para se ter uma vaga perspectiva das possibilidades de implantação do novo regime em escala global.

A partir da experiência chilena foi possível tentar a implantação em diversos outros lugares, de forma que as diferenças geográficas e temporais possibilitaram diferentes configurações do neoliberalismo. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, a teoria se distanciou bastante da prática, como destacado enfaticamente por Harvey, no estudo acima citado.

Saiba Mais

Você pode conhecer um relato muito detalhado dessas experiências neoliberais no livro de Naomi Klein, *La doctrina del Shock*. Paidós, Barcelona, 2007.

3.3 A TRANSIÇÃO DA INFRAESTRUTURA: O MODELO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Aparece de forma consensual na literatura o relato de que, durante as últimas décadas do Século XX, houve uma profunda mudança na economia política do capitalismo. Resta saber quão profunda e fundamental a mesma foi para a sobrevivência do sistema capitalista.

Entre as maiores variáveis para a análise da profundidade o qual nos referimos são as modificações nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas dos Estados. Essas variáveis são destacadas tanto por Harvey (2009) quanto por [Castells \(2006\)](#). Para este último, uma “[...] nova economia surgiu em escala global no último quartel do Século XX. Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação” (CASTELLS, 2006, p. 119).

Em seu estudo, Castells enfatiza o surgimento de uma “sociedade em rede”, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, baseada na revolução da tecnologia da informação, sediada na costa Oeste dos Estados Unidos. Já na concepção de Harvey, as configurações das forças tecnológicas e de trabalho, poder e consumo, durante o período pós-guerra, podem ser facilmente compreendidas como um modelo que ficou conhecido como **Fordismo**. Em contrapartida, a dificuldade de avaliar o cenário atual é maior: marcado pela



Veja uma pequena biografia de Manuel Castells no final do livro.

rápida mudança e fluidez, ele é pautado pela incerteza, já que não fica claro se as novas configurações são ou serão capazes de garantir por longo tempo uma nova rodada de acumulação capitalista.

No entanto, como vimos ao longo desse texto, os contrastes entre a realidade atual e a do pós-guerra tornam possível entender que estamos diante de uma transição (mesmo que incompleta, difusa, parcial) do fordismo para o regime de acumulação flexível, como modelo dinamizador do sistema produtivo no período mais recente. E, na base dessa transição, voltando a lembrar de Castells, estão as **tecnologias da informação e comunicação**:

O autor cita o seguinte exemplo: “[...] o movimento empresarial que conduziu à desregulamentação e liberalização da década de 80 foi decisivo na reorganização e crescimento das telecomunicações, sobretudo depois do desmembramento da ATT, em 1984. Por sua vez, a disponibilidade de novas redes de telecomunicação e de sistemas de informação preparou o terreno para a integração global dos mercados financeiros e a articulação segmentada da produção e do comércio mundial” (CASTELLS, 2006, p. 69).

Na década de 1980, o capitalismo (especificamente: as principais empresas e governos dos países do G-7) passou por um processo substancial de reestruturação organizacional e econômica no qual a nova tecnologia da informação exerceu um papel fundamental e foi decisivamente moldada pelo papel que desempenhou. (2006, p. 69)

Não podemos esquecer que o fordismo-keynesianismo predominou de 1945 a 1973 e que, embora a sua data simbólica remonte a 1914, a sua contribuição na forma corporativa de organização dos negócios ainda perdura. A partir de uma separação hierárquica entre gerência, concepção, controle e execução, este modelo parece ainda ser a cultura predominante no universo empresarial capitalista.

No entanto, a disseminação do fordismo não foi tarefa fácil: levou muito tempo (pelo menos até o final da Segunda Guerra Mundial) para que as condições necessárias para uma relação de classe bem estabelecida e os modos e mecanismos de intervenção estatal se tornassem maduros. De acordo com Harvey, “a expansão do pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista” (2009, p. 125). Coube ao Estado assumir novos papéis e construir instituições congruentes com a nova realidade organizacional. Além disso, como ressalta o autor citado, houve um acordo tácito entre o capital corporativo e o trabalho organizado. Esse suave consenso resultou no equilíbrio de poder necessário para a expansão fordista.

Esse equilíbrio entre as relações de forças produtivas foi estendido com sucesso até meados dos anos 60. Entretanto, a recessão de 1973 abalou o quadro fordista-keynesianista, quando teve início a transição, por um processo rápido de ajustes, para um regime de acumulação. A queda da produtividade e da lucratividade, em 1966, acelerou a inflação e desbancou o dólar como moeda-reserva internacional estável. Além disso, a formação do mercado eurodólar e os programas de substituição de importações no Terceiro Mundo acentuaram a transição.

A queda do acordo de Bretton-Woods foi um golpe nas finanças mundiais e a rigidez do sistema parecia enfraquecer os poderes capitalistas. Dessa forma, “[...]”

o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2009, p. 135).

Somaram-se a isso a Crise do Petróleo de 1973, que surgiu a partir da decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP de aumentar os preços do barril de petróleo, e o embargo às exportações durante a guerra árabe-israelense nesse mesmo ano. A crise fiscal e de legitimação se acentuou com a forte deflação ocorrida entre 1973-1975, ano da falência da cidade de Nova Iorque.

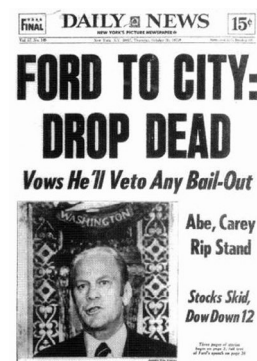
O solapamento do modelo fordista teve como consequência, então, um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político durante as décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, houve o aumento da taxa de desemprego, principalmente depois das reformas, e a diminuição da inflação. Nesse período, fica evidente também a transição do papel do Estado: de agente atuante em busca do pleno emprego e do bem-estar social que era para um Estado regulador e não interventor (HARVEY, 2009).

De acordo com Harvey:

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalhos, dos produtos e padrões de consumo [...], surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] e envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual [...]. (2009, p. 140)

Entre os principais efeitos negativos dessa rápida transição está a diminuição do emprego e do poder dos trabalhadores e de suas entidades sindicais – sinal da luta empreendida pelo Estado contra os trabalhadores para a restauração do poder de classe, ou seja, da elite, diluído durante a crise de 1970. Como consequência disso, o modo de acumulação flexível pregava a flexibilidade dessas relações de trabalho, suscitando o aumento do número de subcontratações, principalmente entre 1982-85. Outro resultado foi o aumento e a disseminação das economias informais, o que Harvey (2009) vai descrever como uma aproximação entre sistemas de trabalho do terceiro mundo com as economias capitalistas avançadas.

Em seu detalhado estudo acerca das transformações do trabalho e do mercado de trabalho nas principais economias capitalistas (Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, Itália, França e Inglaterra), Castells conclui o seguinte a respeito do enfraquecimento do poder trabalhista:



Nova Iorque não chegou a declarar falência em 1970, mas chegou perto. O pedido de ajuda do município à Washington, em 1975, foi rejeitado pelo Presidente Ford, o que levou esta famosa manchete do jornal *New York Daily*. No final, o Congresso aprovou um empréstimo do governo federal, o que, dentre outras medidas, recuperou a cidade. Imagem: *New York Daily*.

Os sindicatos de trabalhadores, principal obstáculo à estratégia unilateral de reestruturação, foram enfraquecidos por sua incapacidade de representar os novos tipos de trabalhadores (mulheres, jovens, imigrantes), de atuar em novos locais de trabalho (escritórios do setor privado, indústrias de alta tecnologia) e de funcionar nas novas formas de organização (a empresa em rede em escala global). Quando necessário estratégias políticas ofensivas uniram-se às tendências históricas/estruturais contra os sindicatos (por exemplo, Reagan e os controladores de tráfego aéreo, Thatcher e os trabalhadores das minas de carvão). Mas até os governos socialistas da França e da Espanha continuaram a mudança das condições do mercado de trabalho, consequentemente enfraquecendo os sindicatos, quando as pressões da concorrência dificultavam o total afastamento das novas regras administrativas da economia global. (CASTELLS, 2006, p. 350)



Veja uma pequena biografia de Richard Sennett no final do livro.

É necessário que reforcemos que os anos 1980 marcaram uma virada nas relações entre capital e trabalho nas principais economias. Em um estudo sociológico instigante, [Richard Sennett](#) (1999) descreve as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, estudando situações de trabalhadores estadunidenses desde os anos 1980.

A ênfase do estudo de Sennet é no que ele denomina “capitalismo flexível”, expressão que corresponde à interpretação de David Harvey que aqui apresentamos. O impressionante no livro em questão é que ele traça um retrato muito nítido do significado na vida dos trabalhadores das novas práticas e experiências produzidas pela flexibilização, que inclui os impactos causados pela automação de processos, tanto em atividades industriais quanto de serviços. Há uma perda de identidade, de controle e de interesse pela atividade. Resumidamente, o autor conclui que o novo capitalismo corrói o caráter dos trabalhadores, pois certa ética do trabalho, que estruturou o capitalismo, está sendo desfeita. Em termos mais gerais, mudanças profundas no que alguns autores denominam “mundo do trabalho” começaram a se disseminar desde os anos 1980.

Saiba Mais

Para maiores detalhes a respeito dessa temática, recomendamos a leitura dos livros *Adeus ao trabalho?* (1995) e *Os sentidos do trabalho* (2003), de Ricardo Antunes; e *O novo (e precário) mundo do trabalho* (2000), de Giovanni Alves.

O que estava em jogo era a necessidade de reestruturação capitalista, para superar as dificuldades do esgotamento do regime de acumulação fordista dos anos 1970. Assim, apoiado pela revolução nas tecnologias da informação e da comunicação, o capitalismo histórico começou uma profunda reorganização econômica e produtiva, e isso afetou diretamente as classes trabalhadoras, tanto nas regiões centrais, quanto nas regiões periféricas. Por isso, como nos diz Harvey:

O mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional. (2009, p. 150)

Vejamos o que nos diz outro autor a respeito do papel das tecnologias da informação e comunicação na redefinição das relações entre capital e trabalho:

O que possibilitou essa redefinição histórica das relações capital-trabalho foi o uso das poderosas tecnologias da informação e das formas organizacionais facilitadas pelo novo meio tecnológico de comunicação. A capacidade de reunir mão-de-obra para projetos e tarefas específicas em qualquer lugar, a qualquer momento, e de dispersá-la com a mesma facilidade criou a possibilidade de formação da empresa virtual como entidade funcional. Daí para frente, foi uma questão de superação da resistência institucional para o desenvolvimento dessa lógica e/ou de obtenção de concessões dos trabalhadores e dos sindicatos sob a ameaça potencial de virtualização. O aumento extraordinário de flexibilidade e adaptabilidade possibilitadas pelas novas tecnologias contrapôs a rigidez do trabalho à mobilidade do capital. Seguiu-se uma pressão contínua para tornar a contribuição do trabalho a mais flexível possível. A produtividade e a lucratividade foram aumentadas, mas os trabalhadores perderam proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante. (CASTELLS, 2006, p. 298)

Outro ponto acerca das transformações tecnológicas se refere à crescente onda de desregulamentação financeira que, após 1973, se acentuou por todo o mundo e, em 1986, já englobava os maiores centros financeiros. Com o avanço das tecnologias, essa desregulamentação, assim como a coordenação pelas telecomunicações instantâneas, se tornou um pré-requisito para a sobrevivência dentro do sistema integrado e dos novos mecanismos do mercado de ações global e de mercados futuros de mercadorias (HARVEY, 2009).

Por isso, Castells vai definir, a partir desses parâmetros, a formação de uma economia global como “[...] uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária” (2006, p. 142). Para esse autor, isso é evidente a partir do que ele denomina “mercados financeiros globais”:

Os mercados de capitais são globalmente interdependentes, e isso não é assunto de pouca importância na economia capitalista. O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, funcionando em tempo real pela primeira vez na história: transações no valor de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta. As novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para o outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupança e investimentos, estão interconectados em todo o mundo, de bancos a fundos de pensão, bolsa de valores e câmbio. Os fluxos financeiros, portanto, tiveram um crescimento impressionante em volume, velocidade, complexidade e conectividade. (CASTELLS, 2006, p. 143)

A tabela a seguir demonstra o crescimento e a dimensão das transações internacionais de valores nas principais economias capitalistas, isto é, o G7, entre 1970 e 1996:

Tabela 2 - Transações internacionais em obrigações e ações, 1970-1996 (percentagem do PIB).

PAÍS	1970	1975	1980	1985	1990	1996
EUA	2,8	4,2	9,0	35,1	89,0	151,5
Japão	-	1,5	7,7	63,0	120,0	82,8
Alemanha	3,3	5,1	7,5	33,4	57,3	196,8
França	-	-	8,4	21,4	53,6	229,2
Itália	-	0,9	1,1	4,0	26,6	435,4
Reino Unido	-	-	-	367,5	690,1	-
Canadá	5,7	3,3	9,6	26,7	64,4	234,8

Fonte: Castells (2006, p. 143).

O que se configurou durante os anos 1980 foi a “[...] completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira” (HARVEY, 2009, p. 152). Cabe mencionar aqui, que essa reorganização, patrocinada principalmente pelos Estados Unidos, pode ser vista como um dos elementos da estratégia de tentativa de retomada da hegemonia mundial daquele país.

Saiba Mais

Como não discutiremos aqui sobre o tema da hegemonia ou declínio dos Estados Unidos, sugerimos as seguintes leituras:

Sobre posições favoráveis à retomada ou manutenção da hegemonia americana, ler Tavares & Fiori, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* (1997); Fiori, Medeiros e Serrano, *O mito do colapso do poder americano* (2008).

Para uma posição defensora do declínio hegemônico dos Estados Unidos, ler Arrighi, *O longo Século XX* (1996) e *Adam Smith em Pequim* (2009); e Wallerstein, *O declínio do poder americano* (2004).

Para que você entenda melhor a atuação do governo dos EUA através da política monetária após 1979, acompanhe, a seguir, a excelente síntese que Maria da Conceição Tavares e Luiz Eduardo Melin fizeram acerca da “diplomacia do dólar”.

A DIPLOMACIA DO DÓLAR

Periodização e fatos estilizados

Período 1979-85

- Dólar forte – A política Volcker de choque de juros em setembro de 1979 segue-se imediatamente ao segundo choque do petróleo e, combinada à política monetária restritiva subsequente, provoca violenta valorização do dólar, forçando desvalorizações sucessivas de todas as moedas internacionais relevantes frente à moeda americana.
- Juros altos e a generalização de políticas de ajuste macroeconômico de corte deflacionista deflagram forte recessão mundial até 1983, provocando a queda dos preços das *commodities* e a deterioração dos termos de troca dos países exportadores de matérias-primas, que afeta principalmente os continentes americano e africano.
- Dívida externa do Terceiro Mundo dobra em poucos anos e provoca crises bancárias e cambiais em três continentes, começando pela Polônia (bancos alemães), estendendo-se à América Latina (bancos americanos, ingleses e locais), onde Chile e México foram mais notórios exemplos de estatização da banca, e atingindo, ainda que em menor grau, a Ásia – na Coreia foi necessário privatizar os bancos públicos e entregá-los aos grandes conglomerados devedores. Os bancos americanos são fortemente atingidos em função da elevada exposição a que estão sujeitos por sindicarem as operações de empréstimos externos na City de Londres.
- A política de proteção ao sistema financeiro americano executada por Reagan (1981-84) permite o ajuste e a recomposição patrimonial dos bancos e fundos de pensão americanos, abalados pelo choque de juros, com o suporte do Tesouro dos EUA. Multiplicaram-se as inovações de instrumentos financeiros e começa a expansão dos derivativos como mecanismo de securitização dos passivos de médio e longo prazo no mercado financeiro americano, paralisado pelo choque de juros. O processo iniciou-se pelo mercado americano de títulos imobiliários e estendeu-se aos poucos até englobar os mercados futuros de câmbio.
- A dívida interna americana, que passa a servir de lastro aos mercados monetário e financeiro de *Wall Street* (já desregulado desde o primeiro choque do petróleo e do *Smithsonian Agreement*, 1973-74), converte-se em dívida externa por via de sua absorção por poupadores estrangeiros, em particular nos portfólios dos bancos internacionais, a partir da forte desvalorização do dólar.

- Na esteira da moratória mexicana (1982) e da subsequente crise de liquidez internacional que atinge todo o continente, têm lugar desvalorizações cambiais forçadas na América Latina com o intuito de produzir superávits comerciais e servir parcialmente o pagamento dos juros da dívida externa, como condição de sobrevivência dos grandes bancos americanos que, ao contrário de seus congêneres internacionais, acham-se impedidos de efetuar o *write-off* da dívida, por força da legislação bancária dos EUA.
- A política de recuperação americana com abertura comercial serve de locomotiva para a maioria dos países da OCDE e, em particular, para a Ásia.
- Surgimento das praças financeiras autônomas asiáticas transacionando simultaneamente em dólar e iene, apoiadas inicialmente nos capitais emigrados de procedência chinesa e alimentadas pelo movimento de expansão das trading companies japonesas.

Período 1985-89

- Desvalorização do dólar forçada pela decisão política do *Federal Reserve Board* (FED) traduzida na coordenação das políticas macroeconômicas do G-7 sob o comando dos EUA – acordo do Plaza (setembro de 1985) e do Louvre (fevereiro de 1987). O banco central alemão assume a coordenação das políticas cambiais europeias tendo em vista a ampliação do Sistema Monetário Europeu (SME) na direção de uma moeda única.
- Desregulação dos principais mercados de capitais, iniciada com a City londrina (*Big Bang* em 27/10/86), é seguida por sucessão de crises, começando pela bolsa de Nova Iorque (19/10/87), atingindo os mercados imobiliários (1989) e finalmente a Bolsa de Tóquio (janeiro de 1990).
- Desenvolvimento veloz de novos instrumentos financeiros nos mercados secundários e generalização das operações de securitização, que abrangem desde situações de endividamento externo de países periféricos até mercados de commodities, juros e câmbio, além de outras operações de risco. Em resposta à criação de mercados a termo nos EUA (Nova Iorque e Chicago) e em Londres (1982), o Japão (1985) e a França (MATIF, 1986) criam mercados análogos. A liberalização induzida dos principais mercados financeiros internacionais atinge inclusive países com mercados de câmbio controlados: França e Japão após 1988.
- Diante da forte desvalorização do dólar e da baixa da taxa de juros, os títulos da dívida pública americana deixam de servir como atrativos de rentabilidade primária, passando a ser utilizados para lastrear o movimento de securitização

generalizada que se desenvolve vertiginosamente após 1985, sobretudo depois das políticas de liberalização dos mercados financeiros europeus e japoneses.

- A coordenação das políticas macroeconômicas deflacionistas da Europa, ao fortalecer as moedas europeias que se alinham com o marco, favorece o comércio intra-europeu – com ganho especial para a Alemanha – mas prejudica a competitividade para fora do continente.
- Os bancos japoneses, grandes detentores da dívida pública americana, sofrem perdas patrimoniais consideráveis com a desvalorização do dólar entre 1985-1987. O Japão resiste comercialmente à valorização do iene através da diminuição das margens internas de lucro das suas empresas para manter a competitividade em dólar. Aceita, também, a globalização produtiva e financeira como proposta estratégica e é nesse contexto que se inserem os movimentos, então iniciados, de realocização das firmas japonesas, de desregulação do mercado financeiro de Tóquio e, aproveitando o iene forte, de aquisições para valorização patrimonial nos EUA, na Europa e na própria Ásia.

TAVARES, M.C. e MELIN, L.C. *A reafirmação da hegemonia norte-americana*. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 57-61.

3.4 A TRANSIÇÃO DA SUPERESTRUTURA: O NEOLIBERALISMO

Enquanto no campo da infraestrutura o modelo de acumulação flexível foi ganhando cada vez mais espaço, no campo da superestrutura, a ideologia neoliberal norteou as discussões políticas a partir da década de 1980, tendo se tornado dominante no meio político e empresarial, tanto no centro quanto nas periferias do sistema capitalista.

Antes mesmo da eleição de Ronald Reagan, em 1980, Paul Volcker assumiu a presidência do Banco Central dos Estados Unidos, em 1979, e iniciou a implantação de “[...] políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial” (HARVEY, 2005, p. 11).

François Chesnais (1998), com muita propriedade, chamou a atenção para o fato de que os grandes grupos industriais e os operadores financeiros internacionais tinham, em meados da década de 1990, recuperado uma liberdade de ação que

não conheciam desde 1929. Já foi mencionado o papel que as tecnologias da informação e comunicação tiveram nesse processo. Cabe agora apresentarmos, mesmo que muito superficialmente, o papel da esfera político-ideológica na construção do que já se convencionou denominar como “neoliberalismo”.

David Harvey define o neoliberalismo da seguinte forma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional propícia a essas práticas; o estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (2008, p. 12)

Esse mesmo autor descreve que, para que o pensamento neoliberal se disseminasse, este se inclinou para os conceitos e valores das liberdades individuais e da dignidade humana como valores centrais da civilização. Essa linguagem das liberdades individuais é o argumento principal para as liberdades de mercado e de comércio, atribuindo ao Estado a missão de criar condições favoráveis à acumulação lucrativa, tanto de capitalistas nacionais como de estrangeiros. O autor dá a esse tipo de aparelho de Estado o nome de Estado Neoliberal: “[...] as liberdades que ele encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro” (HARVEY, 2008, p. 17).

Como também ressalta o historiador econômico Jeffrey Frieden,

Na década de 1980 uma nova ideologia varreu o mundo. Políticos, analistas e grupos de interesse passaram a atacar o envolvimento dos governos na economia depois de gerações de aprovação. As políticas macroeconômicas preferidas desses grupos estavam unidas, com frequência, em torno da rubrica do “monetarismo”. Eles também fizeram pressões pela privatização e pela desregulamentação das empresas públicas. (2008, p. 423)

Em outras palavras, o neoliberalismo passou, então, a se tornar a ideologia dominante, e envolveu o que Harvey (2008) chamou de “destruição criativa”, pois significou um ataque às estruturas institucionais existentes. Também implicou uma tentativa de mudança radical, muitas vezes bem sucedida, nas distintas dimensões sociais (principalmente ligadas ao mundo do trabalho) ao longo das últimas décadas. O livro desse autor apresenta um minucioso relato da história do neoliberalismo, incluindo a construção do consentimento da agenda de reformas que passou ao primeiro plano da agenda política em várias partes do mundo a partir dos anos 1980.

Para Harvey, podemos entender o projeto neoliberal em dois campos:

- **o político** – de restabelecer condições para a acumulação de capital e de restauração do poder de classe; e
- **o utópico** – de reorganizar o capitalismo internacional.

Neste último aspecto, o projeto não foi muito eficaz, mas teve grande sucesso no primeiro, tanto restaurando o poder de classe diminuído durante o período de crise dos anos 1970, quanto criando um poder de classe novo, como nos casos da Rússia e da China (HARVEY, 2008).

Nos Estados Unidos, essa virada neoliberal foi implantada durante o governo Ronald Reagan (1980-88) que, ao assumir, começou imediatamente um profundo processo de desregulamentação da economia daquele país, notadamente na esfera financeira. Ao mesmo tempo, desonerou os ricos de impostos, cortou gastos sociais e elaborou um programa monumental de gastos militares com o intuito de aquecer setores específicos (o complexo militar-industrial).

Já na Inglaterra, o neoliberalismo do governo de Margareth Thatcher, iniciado em 1979, colocou na ordem do dia o monetarismo e o rígido controle orçamentário, além de um forte ataque ao poder sindical. De acordo com Harvey,

O efeito geral, em apenas dez anos, foi transformar o Reino Unido num país de salários relativamente baixos e com uma força de trabalho relativamente obediente. Quando Thatcher deixou o governo, a atividade de greve caíra para um décimo de seu nível anterior. Ela erradicara a inflação, controlara o poder sindical, dominara a força de trabalho e, no processo, construiu para suas políticas o consentimento da classe média. (2008, p. 69)

A partir dessas experiências e do chamado “experimento Chile”, iniciado em 1973 com a ditadura de [Augusto Pinochet](#), o neoliberalismo foi ganhando força e adeptos. Nesse país, a elite burguesa autóctone, em conluio com corporações norte-americanas e com a CIA, arquitetou o golpe militar que acabou elevando o general Pinochet à liderança do país. A partir daí, um novo capítulo na história mundial começava a ser escrito. Sob orientação e supervisão da Casa Branca, o governo golpista “liberou” o mercado de restrições regulatórias ou institucionais (como os sindicatos). Os ativos públicos nacionalizados foram privatizados; abriram-se as portas à exploração privada e não regulada dos recursos naturais; o crescimento voltado para as exportações prevaleceu sobre a substituição de importação (política que era, nessa época, comum em toda a América latina); e garantiu-se o direito das empresas estrangeiras de repatriar seus lucros.



General do exército chileno, [Augusto Pinochet](#) (1915-2006) tornou-se presidente do Chile, por meio de um golpe militar, em 11 de Setembro de 1973, que depôs o presidente socialista eleito pelo voto direto, Salvador Allende. Seu governo, ditatorial, durou até 1990, sendo considerado o período mais violento e autoritário do Chile.

Saiba Mais



A influência e pressão por parte dos Estados Unidos é muito evidente quando se analisa a história do Chile. Nos anos 1950, um grupo de promissores alunos de Santiago foi financiado para estudar economia na Universidade de Chicago, onde o professor Milton Friedman dava aula (cujo futuro reconhecimento se deve ao fato de ser concebido como o principal mentor da teoria neoliberal). Esse grupo de economistas veio a obter proeminência na Universidade Católica do Chile e, após o golpe de Pinochet, foi chamado para compor o novo governo. Interessante ressaltar que seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Para detalhes, leia o livro de Naomi Klein, *La doctrina del shock*.

O caso chileno foi uma brutal experiência realizada na periferia, que logo se transformou em modelo para a formulação de novas políticas – no centro capitalista e em outras periferias mundiais, ao longo dos anos 1980 e 1990.

Vejamos o que o economista [Ha-Joon Chang](#), no livro *Maus samaritanos*, escreveu a respeito da produção desse consenso neoliberal:



Veja uma pequena biografia de [Ha-Joon Chang](#) no final do livro.

Em relação aos países em desenvolvimento, a agenda neoliberal foi potencializada por uma aliança dos governos dos países ricos liderados pelos Estados Unidos e mediada pela trindade ‘profana’ das organizações econômicas internacionais que eles controlam firmemente – o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os governos ricos usam seus orçamentos e o acesso a seus mercados de origem acenando como cenouras para induzir os países em desenvolvimento a adotarem as políticas neoliberais. Tentam criar um ambiente no país em desenvolvimento favorável aos bens e investimentos estrangeiros em geral. O FMI e o Banco Mundial fazem sua parte ao atrelarem aos empréstimos a condição de que os países devedores adotem a política neoliberal. A OMC contribui ao estabelecer as regras de comércio que favorecem o livre mercado em áreas nas quais os países ricos são mais fortes, mas não onde eles são fracos (por exemplo, na agricultura ou na indústria têxtil). Esses governos e organizações internacionais são apoiados por um exército de ideólogos. Algumas dessas pessoas são acadêmicos altamente especializados que deveriam conhecer os limites de sua economia de livre mercado, mas tendem a ignorá-los quando dão recomendações de política econômica (assim como aconteceu especialmente quando eles orientaram as ex-economias comunistas nos anos 90). Em conjunto, essas várias instituições e indivíduos foram uma máquina de propaganda, um complexo financeiro e intelectual amparado por dinheiro e poder. (2009, p. 13)

A especulação financeira ganhou força, e os valores das ações e os lucros providos dos negócios acionários passaram a ser bem mais rentáveis que os auferidos pela produção. Daí a nova orientação, crescentemente financeira, das grandes corporações nos anos 1980, com grandes conglomerados econômicos atuando em diversos setores, refletindo a forte expansão da fase de acumulação financeira. Este aumento crescente de serviços financeiros e a “financeirização

de tudo” norteou o Estado a ter como preocupação central a saúde do sistema e do regime financeiro com suas instituições (HARVEY, 2008).

Palavra do Professor



Caro estudante, perceba alguns números, a partir do relato de Frieden: “O crescimento dos mercados financeiros mundiais facilitou os gastos mediante déficits, outro fator que contribuiu para os déficits das décadas de 1980 e 1990. Em 1973, o capital disponível nos mercados internacionais (offshore) era de US\$ 160 bilhões, sendo que uns US\$ 35 bilhões eram emprestados todo ano. Nessa época, esses números eram impressionantes, pois durante quase meio século não haviam sido concedidos empréstimos internacionais. Porém, no início da década de 1980, os mercados de capital internacionais estavam cerca de dez vezes maiores, com US\$ 1,5 trilhão, e os empréstimos giravam em torno de US\$ 300 bilhões anualmente. O sistema financeiro global continuava a crescer e, no início da década de 1990, movimentava mais de US\$ 5 trilhões e emprestava mais de US\$ 1 trilhão por ano” (2008, p. 405).

Vistas à essa expansão financeira e à participação de grandes conglomerados no mercado financeiro, a restauração do poder de classe se deu, principalmente, pelos grandes gerentes e diretores dessas empresas, e o surgimento de uma nova classe alta que fez fortuna com novas tecnologias, como a biotecnologia e as tecnologias da informática. Uma classe alta que agora se caracterizava por interesses comuns transacionais, acentuados durante essa globalização neoliberal, mas que logo perceberam como extrair as vantagens dessa transnacionalidade exercendo influência sobre os mais diversos assuntos globais.

Mas é importante mencionar que, muitas vezes, a ideologia neoliberal não se coadunava com a prática dos governantes. O caso dos Estados Unidos é exemplar. Como destacado pelo historiador Eric Hobsbawm,

[...] o maior dos regimes neoliberais, os EUA do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao “monetarismo” de Milton Friedman, na verdade usou métodos keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos. (1995, p. 402)

O mesmo autor também recorda que o governo Thatcher, depois de quatorze anos no poder, estava taxando seus cidadãos mais pesadamente do que o governo trabalhista anterior. Contudo, para as periferias, a prescrição do pacote neoliberal, através dos organismos internacionais como o FMI, implicava que os governos periféricos deveriam seguir à risca o receituário de privatizações, controle dos gastos públicos, desregulamentação e abertura econômica. Nada mais distante do que a prática dos governos dos países centrais que, em maior

ou menor grau, tinham e mantiveram políticas protecionistas. No caso da Europa, por exemplo, o setor agrícola é historicamente subsidiado, em prejuízo dos competidores do Terceiro Mundo.

No fundo, os anos 1980 podem ser caracterizados como o período de uma “contra-revolução global” (SILVER, 2005), na qual os Estados Unidos tentaram retomar a hegemonia mundial, colocada em xeque desde a derrota no Vietnã. Mas outras questões devem ser levadas em conta, como afirma, de forma sintética, Wallerstein:

A década de 1980 pode ser resumida com algumas expressões-chave. A primeira é a “crise da dívida” que se abateu não só sobre a maior parte da América Latina (para não falar na África), como também sobre a Europa Central e do Leste. A crise revelou como as realidades econômicas da Europa Central e do Leste não eram essencialmente diferentes das dos países do Terceiro Mundo. A segunda é “gansos voadores” do Leste da Ásia – o espantoso florescimento econômico do Japão na economia-mundo, arrastando consigo, primeiro, os quatro dragões (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e, eventualmente, também o Sudeste da Ásia e a China. A terceira é o keynesianismo militar da administração Reagan, que levou a melhor sobre a recessão dos Estados Unidos e o elevado desemprego por meio de um enorme empréstimo feito pelo governo, em particular ao Japão, usando como desculpa a construção de estruturas militares. A única grande consequência disso foi a criação de uma incrível dívida nacional nos Estados Unidos. A quarta é o florescimento na bolsa de valores norte-americana de ‘obrigações especulativas’, essencialmente o recurso a avultados empréstimos por parte de grandes corporações, de modo a obter lucros especulativos a curto prazo às custas da maquinaria produtiva, causando, por sua vez, o chamado downsizing, que significa obrigar as camadas de rendimentos médios a aceitar empregos com salários mais baixos. (2004, p. 62)

No próximo capítulo, vamos falar um pouco mais sobre alguns aspectos apenas citados anteriormente, como a crise da dívida na América Latina e na África e a expansão do Leste Asiático.

Palavra do Professor



Caro estudante, encerrada a Unidade 3, é hora de revermos o seu conteúdo principal no resumo a seguir. Para melhor fixá-lo, faça as atividades de aprendizagem: elas são um meio útil para que você detecte possíveis dificuldades. Caso estas apareçam, não hesite em procurar o tutor. E não se esqueça de assistir a videoaula 3, no AVEA. Bons estudos!

Resumo da unidade:

Fechamos esta unidade reforçando que o processo de reestruturação produtiva (acumulação flexível + revolução nas tecnologias da informação e comunicação) e a emergência do neoliberalismo devem, portanto, ser encarados como componentes de um processo mais geral de manutenção da “infindável acumulação de capital e poder”, que é o pressuposto fundamental do capitalismo histórico.

Atividade de Aprendizagem – 3



- 1) Descreva a acumulação flexível e suas consequências sobre os trabalhadores.
- 2) Descreva o contexto de surgimento do neoliberalismo e suas implicações.





4

A CRISE DA DÍVIDA NA AMÉRICA LATINA, O COLAPSO DA ÁFRICA E A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO

Caro aluno, nesta unidade você verá

- alguns aspectos das consequências da neoliberalização e do endividamento externo, sofridas especialmente pelos países latino-americanos e africanos; e
- a situação distinta que marcou a experiência dos países do Leste Asiático nas últimas décadas.

4.1 INTRODUÇÃO

A reconstrução econômica global consiste num processo de mudança que ocorre de forma simultânea e interdependente nas diversas escalas (local, nacional e mundial) e nos diferentes setores de atividade (CRUZ, 2007). Dentro da perspectiva dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, o aumento da disponibilidade e da mobilidade de capital circulante em âmbito mundial, resultante do esgotamento da expansão material, levou à redução dos investimentos externos direto dos EUA em todo o mundo, inclusive na América Latina. Isso porque, na fase de expansão financeira, predomina a realização e a acumulação de capital na esfera financeira. Em 1971, quando o regime de câmbio fixo se tornou insustentável para o governo norte-americano, os países da América Latina foram profundamente afetados, pois o valor de suas receitas de exportação, dos seus pagamentos pelas importações e das receitas governamentais oscilam com a volatilidade do câmbio.

Essa perspectiva é explicada no apêndice deste livro-texto.

Como grande parte desses países não possuía reservas suficientes para sustentar essas variações, o governo norte-americano estimulou o endividamento externo – alternativa extremamente vantajosa para os capitalistas em um momento de liberalização do crédito e do mercado financeiro internacional, porém, demasiado custosa para seus tomadores. Assim, os países da América Latina participaram da expansão financeira “[...] através de sua demanda por recursos para contrabalançar os efeitos devastadores das crises financeiras” (ARRIGHI, 1996, p. 322).

Presidente do FED durante os governos Reagan e Carter.

Nesse contexto, a política monetária restritiva adotada por Paul Volcker em 1979, embora não tenha solucionado a crise de superacumulação norte-americana, serviu, contudo, para colocar “[...] os países do Terceiro Mundo de joelhos” (idem, p.334).

4.2 AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NA AMÉRICA LATINA

A multiplicação da dívida externa, resultado do aumento das taxas de juros internacionais, somada à grande queda nos preços reais das exportações desses países devido à redução da demanda global de produtos primários, levou diversos países ao colapso. A moratória mexicana, em 1982, foi apenas o primeiro, pois “[...] as crises financeiras eram tanto endêmicas como contagiosas”, como nos lembra Harvey (2005, p. 103). Segundo Wallerstein,

[...] a crise da dívida perdurou na imprensa e depois essa imprensa esqueceu dela. Para os países endividados, porém, a crise ainda está aí, não apenas como carga a onerar o orçamento, mas como castigo em vista das exigências draconianas do FMI que foram impostas a esses estados. O nível de vida tem caído em todos eles, sobretudo para a camada mais pobre, que abrange 85-95% da população. (2001, p.239)

O cenário na América Latina, por exemplo, foi devastador ao longo dos anos 1980, como evidenciado nas tabelas abaixo. A situação foi tão catastrófica que a década ficou conhecida na história econômica como “a década perdida”. As tabelas a seguir evidenciam esse cenário.

Tabela 3 – PIB per capita das economias em desenvolvimento, 1980-90 (taxa anual de crescimento do PIB per capita em %).

PAÍS(ES)	1981-90	1991-95
Países em desenvolvimento	1,0	2,9
América Latina	-0,9	0,8
África	-0,9	-1,3
Oeste da Ásia	-5,3	-0,6
Sul e Sudeste Asiático	3,9	4,0
China	7,5	10,2

Fonte: Castells (1999, p. 109).

Tabela 4 – Dívida externa latino-americana, 1970-1998 (milhões de US\$).

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1998
SERVIÇO DA DÍVIDA	5.129	12.438	46.006	47.973	43.853	77.967	112.889
DÍVIDA TOTAL	32.552	82.740	257.266	408.525	474.892	636.594	786.019

Fonte: Estenssoro (2003, p. 103).

Tabela 5 – Pobreza por região, anos selecionados, 1987-98 (Pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia (milhões)).

REGIÃO	1987	1990	1993	1996	1998
Leste Asiático e Pacífico	417,5	452,4	431,9	265,1	278,3
Europa e Ásia Central	1,1	7,1	18,3	23,8	24,0
América Latina e Caribe	63,7	73,8	70,8	76,0	78,2
Or. Médio e N. da África	9,3	5,7	5,0	5,0	5,5
Sul da Ásia	474,4	495,1	505,1	531,7	522,0
África Subsaariana	217,2	242,3	273,3	289,0	290,9
Total excluindo a China	879,8	915,9	955,9	980,5	985,7
China	303,4	360,4	348,4	210,0	213,2
TOTAL	1.183,2	1.276,4	1.304,3	1.190,6	1.198,9

Fonte: Estenssoro (2003, p. 87).

Esses números, que de tão evidentes não precisam ser aqui detalhados, expressam o verdadeiro fracasso, para e nos países latino-americanos, das políticas de ajuste e estabilização implantadas a partir do início dos anos 1980. Voltando a mencionar o que já dissemos anteriormente,

A década de 80 foi marcada na América Latina por uma ofensiva liberal muito forte em torno do ajuste de suas economias para pagar o endividamento externo. Num período em que as taxas de juros se elevaram extremamente, a região foi obrigada a ajustar-se à criação de um excedente exportador. Criou-se um grande superávit comercial para destiná-lo ao pagamento de juros extremamente escorchantes. (SANTOS, 2000, p. 22)

Segundo esse mesmo autor:

A geração deste excedente, cada vez maior, que não se converte em investimento interno e sim se destina ao pagamento de juros e outros tributos coloniais, obrigou a um aumento da distribuição negativa da renda. Para gerá-lo, foi necessária uma rebaixa brutal dos níveis salariais e da participação dos salários nas rendas nacionais. Portanto, também aumentou a marginalização social, a pobreza e mais ainda do que a pobreza, a indigência no Terceiro Mundo e na América Latina. (idem, p. 23)

Opinião semelhante sobre a situação latino-americana é dada, também, por Cano:

Nos anos 1980, como consequência da reestruturação nos países centrais, observa-se uma preocupação com a salvaguarda do sistema financeiro internacional e, no que diz respeito à América Latina, a pressão pelo pagamento, ao menos de parte, dos juros do endividamento dos anos anteriores. A banca internacional cortou o crédito externo e os EUA, percebendo que dessa forma seria impossível o cumprimento, ainda que parcial, do serviço da dívida, prestaram alguns “socorros” emergenciais (o do México foi o mais volumoso), com empréstimos de duração não superior a um ano. Adicionalmente, sob a égide do FMI, eram concedidas algumas ajudas oficiais,

Veja, no ambiente da disciplina, alguns textos complementares sobre a América Latina que disponibilizamos pra você.

cujo principal objetivo, na verdade, era contrair drasticamente todos os segmentos da demanda interna, para permitir a geração de excedentes exportáveis que pudessem de alguma forma, pagar parte do débito. (2000, p. 296)

O destino trágico da América Latina, durante os anos 1980 e meados dos anos 1990, foi jogado na potência hegemônica então em crise, os Estados Unidos. Diante do risco de grandes perdas para os banqueiros norte-americanos, quando da derrocada do México em 1982, o governo Reagan acabou por unir os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI, dando uma solução única para o “problema” através da rolagem das dívidas, exigindo, em contrapartida, a implantação de reformas liberais. O reescalonamento da dívida dependia, portanto, da adoção de medidas de austeridade fiscal, abertura comercial, privatizações, etc. por parte dos países devedores. Os EUA pregavam na América Latina “[...] a tradicional cantilena neoclássica: abrir as fronteiras econômicas, permitir o investimento estrangeiro, criar a infraestrutura necessária para fomentar o desenvolvimento, concentrar-se em atividades para as quais esses países teriam ‘vantagem comparativa’” (WALLERSTEIN, 2001, p. 224-225).

Vejamos como o historiador Jeffrey Frieden sintetiza o cenário daquele período, iniciado com a crise da dívida mexicana:

Um depois do outro, os principais governos devedores lutavam para gerar moeda estrangeira e as receitas governamentais necessárias para pagar seus credores até que, finalmente, suas economias entraram em colapso. Até 1983, 34 países socialistas ou em desenvolvimento estavam renegociando formalmente suas dívidas e mais alguns passavam por problemas sérios. A América Latina estava gastando aproximadamente metade dos seus ganhos em exportações para pagar os juros e o capital de suas dívidas no exterior, sobrando pouco para comprar os produtos importados de que precisava. Os credores se organizaram para proteger seus interesses, criando um formato-padrão para a renegociação da dívida. O devedor devia procurar o Fundo Monetário Internacional para esboçar um programa de estabilização macroeconômica e ajustes econômicos. O FMI e o devedor acordariam metas de inflação, gastos governamentais, déficits orçamentários e outros. Se o FMI estivesse convencido de que o governo modificaria as políticas, ele emprestaria um pequeno volume de recursos, em prestações, que poderiam ser interrompidas se o governo falhasse com suas obrigações. Os banqueiros privados internacionais consideravam o acordo com o FMI um selo de aprovação e exigiam que os devedores buscassem o Fundo antes de renegociar suas dívidas. (2008, p. 399-400)

Como ressalta Wallerstein (1990), em todas as conjunturas gerais, os diversos países reagem de formas distintas, dando origem às desigualdades de desenvolvimento, que, em seu conjunto, fazem a história. As políticas neoliberais na América Latina, de maneira geral, contribuíram temporariamente

para o equilíbrio das contas fiscais, mas, em pouco tempo, os desequilíbrios tornaram-se evidentes. A abertura da economia conduziu a um processo de substituição da produção nacional por importações, sobretudo, nos setores de maior valor agregado e conteúdo tecnológico. Além disso, as privatizações de grandes empresas públicas e incorporação de investimentos privados diretos aumentaram a participação do capital estrangeiro e implicaram na perda do controle de setores estruturais da soberania nacional.

Harvey observa que, ainda que os resultados variem de acordo com as especificidades de cada país,

[...] um fato persistente no âmbito dessa complexa história da neoliberalização desigual tem sido a tendência universal a aumentar a desigualdade social e expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade [...] ao frio glacial da austeridade e ao destino tenebroso da crescente marginalidade. (2005, p. 128)

Com base nos números apresentados anteriormente, somos levados a concordar com suas afirmações.

4.3 AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NA ÁFRICA

Situação igualmente trágica foi também produzida no continente africano, em especial na África Subsaariana. Iniciemos por uma rápida apresentação de algumas estatísticas, expostas nas tabelas a seguir.

Tabela 6 - Taxas de crescimento setorial (porcentagem média anual da variação do valor agregado), 1965-89.

GRUPOS DE PAÍSES	AGRICULTURA	AGRICULTURA	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	INDÚSTRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	SERVIÇOS	SERVIÇOS
	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89
África Subs.	2,2	-0,3	1,8	13,9	4,2	-0,2	4,1	3,1	1,5
Leste da Ásia	3,2	2,5	5,3	12,7	9,2	10,3	10,5	7,3	7,9
Sul da Ásia	3,1	2,2	2,7	3,9	5,6	7,2	4,0	5,3	6,1
AL e Caribe	3,0	3,7	2,5	6,8	5,1	1,1	7,3	5,4	1,7

Fonte: Castells (1999, p. 114).

Tabela 7 - Índice de PIB per capita (EUA=100).

PAÍS OU GRUPO DE PAÍSES	1950	1973	1992
Estados Unidos	100	100	100
Japão	20	66	90
Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Suíça	50	68	74
Grécia, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e Suécia	50	68	74
Austrália, Canadá, Nova Zelândia	79	78	75
Europa Oriental (Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e URSS)	23	32	21
Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela	36	34	28
Bangladesh, Burma, China, Coreia do Sul, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão, Taiwan e Tailândia	08	10	19
África do Sul, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Marrocos, Nigéria, Quênia, Tanzânia, Zaire	09	08	06

Observação: para grupos de países, o índice expressa a média.

Fonte: Castells (1999, p. 101-103).

Tabela 8 - PNB regional per capita como percentual do PNB mundial per capita (1960-99). (PNB mundial = 100).

REGIÃO DO MUNDO	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1999
África Subsaariana	19	18	17	18	16	13	12	11	10
América Latina	71	65	65	73	76	66	59	61	60
Oriente Médio e Norte da África	31	25	31	35	37	36	36	34	34
Sul da Ásia	6	6	6	5	5	6	6	7	7
Ásia Oriental (inclui China)	7	7	7	9	11	13	17	23	25
Terceiro Mundo (inclui China)	16	15	16	17	18	18	19	22	23
América do Norte	443	329	416	326	433	333	469	334	489
Europa Ocidental	328	439	353	416	384	462	411	468	417
Australásia	339	338	331	375	321	393	317	406	357
Japão	282	355	500	535	578	640	715	719	704
Primeiro Mundo	359	374	397	413	431	456	479	475	486
Terceiro Mundo como % do	4	4	4	4	4	4	4	5	5
Primeiro Mundo	4	4	4	4	4	4	4	5	5

Fonte: Arrighi (2002, p. 40).

As três tabelas evidenciam, dentre outras coisas, o resultado catastrófico da reestruturação do capitalismo global sobre as sociedades africanas. Arrighi (2002) escreve que:

Em 1975, o PNB regional per capita da África subsaariana foi de 17,6% do PNB per capita mundial; em 1999, caíra para 10,5%. Em relação à tendência geral do Terceiro Mundo, os níveis subsaarianos de saúde, mortalidade e alfabetização de adultos deterioraram-se num ritmo comparável. (2002, p. 31)

A crise da dívida também afetou a África de maneira devastadora, como apontado por Hobsbawm (1995) e Castells (1999). Para o primeiro, “em 1990, 24 países deviam mais do que produziam, incluindo toda a África subsaariana. Os países mais pesadamente endividados, relativamente, não surpreendentemente se encontravam na África (Moçambique, Tanzânia, Somália, Zâmbia, Congo, Costa do Marfim)” (HOBSBAWM, 1995, p.212). Para o segundo:

Na década de 80 houve um ingresso maciço de empréstimos externos (a maioria proveniente de governos e instituições internacionais, ou avalizados por essas instituições) para salvar as economias africanas do colapso. Em consequência, a África se tornou a região mais endividada do mundo. Em termos de porcentagem do PNB, a dívida externa total saltou de 30,6% em 1980 para 78,7% em 1994, e como porcentagem do valor das exportações, aumentou de 97% em 1980 para 324% em 1990. (CASTELLS, 1999, p. 113)

Castells, nesse mesmo estudo, sintetiza “[...] a situação de abandono cada vez maior da maioria do povo africano” (1999, p. 142), com base em três linhas de argumentação. A primeira diz respeito ao aumento da informalidade no mercado de trabalho. Segundo o autor, “a maior parte da mão-de-obra nas cidades africanas, hoje em dia, enquadra-se nas categorias ‘irregular’, ‘trabalho autônomo marginal’ e ‘trabalhador assalariado sem qualquer tipo de proteção legal’, o que significa menos renda, falta de proteção e alta incidência de pobreza” (idem, ibidem).

A segunda argumentação diz respeito à diminuição da produção agrícola per capita, desde meados da década de 1970, “[...] tornando muitos países vulneráveis à fome e às epidemias quando acossados pela seca, pela guerra ou por outras catástrofes” (CASTELLS, 1999, p. 142). Castells também afirma que a crise da agricultura “[...] parece ser resultado de uma combinação entre uma produção excessivamente orientada à exportação e uma transição mal assessorada para tecnologias e linhas de produtos inadequados às condições ecológicas e econômicas de um determinado país” (idem, ibidem).

Na terceira linha de argumentação, o autor salienta a “[...] desorganização da produção e o depauperamento das condições de vida provocado pela desintegração do Estado” (CASTELLS, 1999, p. 144).

É claro que estamos falando em linhas gerais, uma vez que houve países que fugiram um pouco do padrão geral de “desconexão” e empobrecimento absoluto – a exemplo da África do Sul. Para mais detalhes, leia Manuel Castells (1999).

Crianças somalis esperando pela ajuda americana da Operação Good Relief, em 1992.
Fonte: Wikipedia Commons.



Em relação a esse último tópico, Castells descreve o exercício de poder predatório, que caracteriza a maioria dos Estados africanos, da seguinte forma:

Primeiro, sejam quais forem os recursos, de fontes externas ou internas, que cheguem a essas economias dominadas pelo Estado, são tratados de acordo com a lógica da acumulação pessoal de riqueza, amplamente desvinculada da economia do país. O que parece inconcebível do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da estabilidade política do país é absolutamente aceito como compreensível sob a perspectiva de seus governantes. Segundo, o acesso ao poder do Estado equivale ao acesso à riqueza, como também às fontes de futuras riquezas. Decorre desse processo um padrão repetitivo de confrontos violentos e alianças instáveis entre diferentes facções políticas lutando pela oportunidade de praticar a pilhagem, resultando, em última análise, na instabilidade das instituições do Estado e no papel decisivo exercido pelos militares na maior parte dos Estados africanos. Terceiro, obtém-se apoio político por meio de redes de clientelismo que estabelecem a relação entre os detentores do poder e alguns segmentos da população. Como a maior parcela da riqueza do país encontra-se nas mãos da elite política/militar e dos burocratas do Estado, o povo precisa submeter-se à rede de patronagem para ter acesso à distribuição de empregos, serviços e pequenos favores em todos os níveis do Estado, desde os órgãos voltados às relações exteriores até a benevolência dos governos locais. Nesse sistema de patronagem, diversas elites, em diferentes níveis do governo, em última análise, ligadas à cúpula do poder estatal, incumbem-se de fazer cálculos e traçar estratégias complexas: como maximizar o apoio, consolidar clientelas e, ao mesmo tempo, minimizar o valor dos recursos necessários à obtenção desse apoio. Uma complicada combinação de critérios, compreendendo etnia, territorialidade e economia, contribui para a formação de redes de geometria variável, que constituem a realizada da política na maior parte da África. (CASTELLS, 1999, p. 123-124)

Além disso, é necessário que enfatizemos que a situação do continente africano, brevemente esboçada aqui, deve ser compreendida como profundamente ligada à situação da economia global. Recordemos que os anos 1980 marcaram uma mudança de rumos na política econômica dos EUA, direcionando fluxos de capitais para aquele país, em prejuízo de outras regiões do planeta, notadamente, África e América Latina. Para Arrighi, “o redirecionamento do fluxo de capital para os Estados Unidos reinflacionou a demanda efetiva e o investimento no país, enquanto os deflacionava para o resto do mundo” (2002, p. 47).

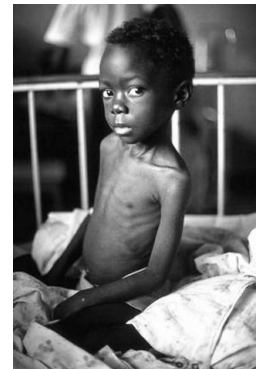
Em outros termos, a África tinha também deixado de ser receptáculo dos investimentos externos nos anos 1980. Isso, aliado à implantação de políticas de ajuste e reestruturação, levou as economias do continente ao abandono do “terceiro mundo” e ao surgimento do “quarto mundo” (CASTELLS, 1999). Conforme relatado por Mike Davis no excelente livro *Planeta favela*, “o resultado do ajuste estrutural na África [...] inclui fuga de capitais, colapso da indústria, aumento marginal ou negativo da receita de exportação, cortes drásticos dos serviços públicos urbanos, disparada de preços e declínio acentuado do salário real” (2006, p. 159).

Em um ponto de vista que procura conectar os problemas da África com a desordem do sistema internacional, Wallerstein aborda quatro dilemas que, certamente, não são exclusivos desse continente:

1. O primeiro, para ele, é o “insucesso dos movimentos de libertação nacional” (2002, p. 73). O autor lembra que esses movimentos foram uma força de integração nacional nos processos de descolonização, e, “[...] embora tenham atingido seu objetivo primordial de independência nacional, nenhum deles sobreviveu incólume, e a maioria sucumbiu” (idem, ibidem).
2. O segundo dilema relaciona-se com o “[...] desmoronamento desses movimentos. Com desmoronamento queremos dizer perda do apoio das massas. Eles não mais conseguem mobilizar ninguém” (2002, p. 74). Wallerstein afirma que “[...] os compromissos ideológicos ficaram para trás, o altruísmo do período da luta nacionalista foi abandonado e muitos se engalfinharam numa disputa sem limites claros entre o legítimo e o ilegítimo” (idem, ibidem).
3. O terceiro dilema, para esse autor, é a “[...] desintegração das estruturas estatais. Libéria e Somália são exemplos extremos desse fenômeno” (2002, p. 75). Nesse tópico, Wallerstein argumenta que a incapacidade estrutural de assegurar um desenvolvimento equitativo, enquanto crescem as demandas por democratização, é o problema mais fundamental. Wallerstein complementa que:

Cada vez mais, os países têm sido incapazes de fornecer serviços públicos, nem sequer nos níveis insuficientes que antes conseguiam garantir. Isto deu início a um círculo vicioso. Os Estados têm maior dificuldade em arrecadar. E ficaram com menor capacidade de manter a ordem. Com isto, as pessoas apelam para estruturas em buscas de segurança e bem-estar, o que por sua vez enfraquece os Estados ainda mais. (2002, p. 75)

4. O quarto dilema relaciona-se com a “[...] deterioração da infra-estrutura física na África e as perigosas tendências epidemiológicas. [...] Rodovias, escolas e hospitais estão em péssimo estado e pioram a cada dia, e não parece haver dinheiro para corrigir a situação. A disseminação da **AIDS** é notória” (WALLERSTEIN, 2002, p. 75). A grande percepção de Wallerstein é nos alertar que esses dilemas não são exclusivos do continente africano, estando presentes, em maior ou menor grau, em toda a parte do mundo, tendo em vista que não é apenas a África que está em crise, mas o próprio sistema internacional.



Criança soropositiva de Uganda.
Fonte: <http://www.unmultimedia.org/photo/>

4.4 AS CONSEQUÊNCIAS NO LESTE ASIÁTICO

É preciso destacar, também, que outra região do mundo teve uma situação muito diversa da enfrentada pela América Latina e pela África desde os anos 1980: o Leste Asiático. E é sobre isso que falaremos, ainda que superficialmente, a partir de agora.

Giovanni Arrighi, ao discutir a dinâmica social da turbulência global, enfatiza que, graças à estratégia dos EUA de tentar reverter seu declínio econômico relativo, ocorreu uma “[...] grande bifurcação no destino das regiões meridionais nas décadas de 1980 e 1990” (2009, p. 157). Para entender essa bifurcação, vale a pena transcrevermos uma longa citação a respeito do assunto:

Regiões que, por razões históricas, apresentavam boa vantagem na concorrência pela participação na expansão da demanda norte-americana por produtos industriais baratos, mais notadamente a Ásia oriental, tenderam a se beneficiar do redirecionamento do fluxo de capital, porque a melhora de seu balanço de pagamentos reduziu a necessidade de competir com os EUA no mercado financeiro mundial e chegou a transformar algumas delas em grandes credores destes. Outras regiões, principalmente a África subsaariana e a América Latina, tinham, por razões históricas, mais desvantagens na briga por um quinhão da demanda norte-americana. Estas tenderam a sofrer dificuldades no balanço de pagamentos, o que as colocou na posição sem esperanças de precisar competir diretamente com os EUA no mercado financeiro mundial. Seja como for, os EUA se beneficiaram em termos econômicos e políticos, já que as empresas e os órgãos governamentais norte-americanos estavam em melhores condições para mobilizar, na luta pelo poder e pela concorrência globais, as mercadorias baratas e o crédito que os “vencedores” do Sul forneciam com entusiasmo, assim como o patrimônio que os “perdedores” do Sul, querendo ou não, tinham de ceder a preço de banana. (ARRIGHI, 2009, p. 157)

Esse autor, no livro *A ilusão do desenvolvimento* (1997), vai detalhar as vantagens do Leste Asiático em relação às outras regiões aqui mencionadas. No primeiro texto, ele vai mostrar que o milagre asiático foi, inicialmente, um milagre essencialmente japonês:

Com um PNB per capita de pouco mais de um quinto (20,7%) do PNB per capita do núcleo orgânico, o Japão, em 1938, estava firmemente agrupado no grupo de Estados de renda média (semiperiféricos). Em 1988, em contraste, o PNB per capita do Japão era quase 20% mais alto do que o PNB per capita médio do núcleo orgânico. (ARRIGHI, 1997, p. 57)

Contudo, já ao longo da década de 1970, a ascensão do leste asiático deixa de ser um fenômeno essencialmente japonês:

[...] considerando o Grupo dos Quatro [Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura] como uma unidade, seu PNB per capita, enquanto percentagem do PNB per capita do núcleo orgânico – que havia crescido muito ligeiramente (de 8,5% para 9,3%) entre 1960 e 1970 – quase dobrou (de 9,3% para 17,7%) entre 1970 e 1980. (1997, p. 63)

Para Giovanni Arrighi, o elemento-chave da vantagem competitiva desses países ao longo dos anos 1970 e 1980 foi “[...] o sistema de subcontratação de múltiplas camadas que teve origem no Japão e se expandiu prodigiosamente, desde o final da década de 70, até abranger um número e variedade crescentes de localidades do leste e sudeste da Ásia” (1997, p. 66). Tal sistema, segundo o autor, possui as seguintes características:

- o sistema se apóia em, e tende a reproduzir, uma estrutura mais descentralizada de atividades produtivas do que as práticas de subcontratação de empresas capitalistas de outros Estados do núcleo orgânico;
- o sistema é altamente estratificado em camadas múltiplas;
- as redes de subcontratação centradas no Japão são muito mais estáveis e reguladas do que as redes similares nos Estados Unidos e na Europa Ocidental;
- a superior habilidade “[...] de tirar proveito de e reproduzir os diferenciais salariais entre diferentes segmentos e camadas da força de trabalho doméstica e mundial” (ARRIGHI, 1997, p.72);
- a relação simbiótica com o ambiente econômico leste-asiático mais amplo.

Arrighi considera essa última característica a mais importante, por ter sido a partir da expansão transfronteiras do sistema de subcontratação japonês que os outros países do Leste Asiático tiveram seus “milagres” econômicos. Em outras palavras,

[...] o Grupo dos Quatro recebeu 54% de todos os casos de investimento estrangeiro direto japonês, feito na Ásia em têxteis entre 1951 e 1974, e que a maior parte do restante (42%) foi para outros quatro países – Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia. A concentração foi ainda maior no caso de investimento direto em maquinário elétrico, sendo os números correspondentes 80% nas nações do Grupo dos Quatro e 15% para os outros quatro países sul-asiáticos listados acima. (ARRIGHI, 1997, p. 83-84)

Já no terceiro capítulo do mesmo livro, Arrighi vai dimensionar as relações EUA-Japão no contexto da Guerra Fria, para mostrar que a ajuda estadunidense ao Japão foi elemento importante da recuperação da economia japonesa e do seu entorno. Segundo o autor,

Ao todo, no período de 20 anos, que foi de 1950 a 1970, a ajuda norte-americana ao Japão foi em média de US\$ 500 milhões por ano. A ajuda militar e econômica à Coreia do Sul e Taiwan juntas foi ainda mais maciça. No período de 1964 a 1978, a ajuda à Coreia do Sul chegou a US\$ 13 bilhões e a Taiwan, US\$ 5,6 bilhões. (ARRIGHI, 1997, p. 105-106)

“Os subcontratantes **estratificados** em subcontratantes primários (que subcontratam o serviço diretamente do comprador final, tal como montadores ou distribuidores do produto final), subcontratantes secundários (que obtêm o serviço dos subcontratantes primários), subcontratantes terciários (que obtêm o serviço dos subcontratantes secundários) e assim por diante, até que a cadeia atinja a base da pirâmide formada por uma grande quantidade de domicílios que subcontratam operações simples” (ARRIGHI, 1997, p. 68).

Como ressalta o autor, “na década de 50, os Estados Unidos haviam promovido a integração separada do Japão e de suas antigas colônias dentro de suas próprias redes de comércio e apoio” (idem, p. 107). Arrighi ressalta que o Japão foi um grande beneficiário da hegemonia americana:

Sob hegemonia norte-americana, o Japão ganhou ‘de graça’ aquela hinterlândia econômica que havia lutado tanto para obter através de expansão territorial na primeira metade do século XX, e havia finalmente perdido na catástrofe da Segunda Guerra Mundial. O Japão realmente ganhou de ‘graça’ muito mais do que a hinterlândia leste-asiática. Através da ação do governo norte-americano, ele obteve a admissão do GATT e acesso privilegiado ao mercado norte-americano e aos gastos militares ultramarinos norte-americanos. Além disso, o governo norte-americano tolerou um fechamento administrativo da economia japonesa à empresa privada estrangeira que teria colocado qualquer outro governo estrangeiro entre os inimigos do Mundo Livre na cruzada da Guerra Fria. (ARRIGHI, 1997, p. 107)

Giovanni Arrighi agrega, ainda, outro elemento explicativo para a ascensão do Leste Asiático: a diáspora capitalista chinesa. Afinal, a grande novidade na economia política mundial, desde meados dos anos 1990, é o crescimento econômico chinês. E o grosso dos investimentos naquele país, desde o início dos anos 1990, veio da diáspora capitalista chinesa, isto é, dos recursos dos chineses de Taiwan e Hong Kong. Como ressalta o autor,

Quando a expansão transfronteira começou, a diáspora capitalista chinesa tornou-se o principal intermediário entre os negócios japoneses e locais em Cingapura, Hong Kong e Taiwan – onde os chineses étnicos constituíam a maioria da população – e, mais tarde, na maioria dos países da Associação das Nações do Leste Asiático, onde os chineses étnicos eram uma minoria, mas ocupavam uma posição de comando nas redes locais de negócios. A expansão transfronteira do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas foi dessa forma sustentada, não apenas por apoio político norte-americano “vindo de cima”, mas também por apoio comercial e financeiro chinês “vindo de baixo”. (ARRIGHI, 1997, p. 125)

Ao final desse texto (o terceiro capítulo do livro aqui citado), Arrighi conclui que o crescimento explosivo do Leste Asiático, desde o final da Segunda Guerra Mundial, “se parece com um foguete de três estágios” (1997, p. 127). Veja:

- o primeiro estágio da expansão teve como principal agente os Estados Unidos, cujas estratégias geopolíticas favoreceram enormemente o Japão, que não teve que bancar os custos de proteção (militares) e pôde dedicar, assim, suas energias para a reestruturação econômica (modelo de subcontratação de múltiplas camadas).

- no segundo estágio, o Japão ampliou suas conexões com as economias do entorno asiático em busca de mão-de-obra, sendo o agente da expansão da região.
- no terceiro estágio, é o próprio governo chinês que parece ser o principal agente da expansão, agindo em consonância com a diáspora mercantil chinesa.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento na região do Pacífico Asiático, Castells apresenta as características comuns entre as experiências de Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong (os Tigres Asiáticos). Segundo ele, um “[...] primeiro fator comum diz respeito à existência de uma situação de emergência na sociedade, resultante de grandes tensões e conflitos políticos” (CASTELLS, 1999, p. 318). Isso porque, na origem de seus processos de desenvolvimento, todos os quatro foram pautados por medidas de sobrevivência: Coréia do Sul e Taiwan emergindo de situações de guerra civil, e, [Hong Kong e Cingapura](#), emparedados pelo contexto geopolítico.

O segundo fator, de acordo com o autor, “[...] é que todos os quatro processos de desenvolvimento eram baseados na orientação da economia voltada para o exterior e, mais especificamente, no sucesso da exportação de produtos industrializados, tendo em vista sobretudo o mercado norte-americano” (CASTELLS, 1999, p. 319).

Para Castells, o terceiro fator comum “[...] é a ausência de uma classe de proprietários rurais, inexistentes em Hong Kong e Cingapura e eliminados (ou transformados em industriais) na Coréia do Sul e Taiwan pelas reformas agrárias de inspiração norte-americana dos anos 50” (idem, p. 319-320).

O quarto fator comum foi a “[...] disponibilidade de mão-de-obra instruída, capaz de se requalificar durante o processo de melhoria do nível industrial, com alta produtividade e nível salarial baixo para os padrões internacionais” (idem, ibidem). Em outras palavras, a mão-de-obra disciplinada, eficiente e relativamente barata constituiu elemento fundamental no desenvolvimento asiático.

“Na verdade, foi seu papel *vis-à-vis* a China, aliado ao sucesso econômico, que evitou a adesão de [Hong Kong](#) ao processo de descolonização, visto que nem o Reino Unido, nem a China poderiam aceitar sua independência. Também é o caso de [Cingapura](#), a princípio impedida pelas tropas britânicas de ser anexada pela Indonésia, depois expulsa da Federação da Malásia em 1965 e abandonada a sua própria sorte pela Grã-Bretanha em 1965-68, sendo em seguida salva política e economicamente graças a seu apoio ao esforço norte-americano na Guerra do Vietnã” (CASTELLS, 1999, p. 318).

A respeito deste importante aspecto, Castells deixa registrado o seguinte: “[...] em todos os quatro países, a disciplina dos trabalhadores foi imposta primeiro por força de repressão. Mas em todos os casos também havia poderosos elementos de integração social que explicam o motivo pelo qual uma população historicamente rebelde acabou se acomodando à exploração que caracterizou as condições de trabalho e de vida da maioria das pessoas durante a maior parte do período de desenvolvimento. Primordial entre os fatores de integração, foi a melhoria real dos padrões de vida dos trabalhadores. O que era salário baixo para o trabalhador norte-americano ou japonês significava uma fortuna para a força de trabalho industrial dos países pobres do Leste Asiático. Além do mais, dados indicam uma diminuição na desigualdade de renda durante o primeiro estágio de desenvolvimento e grande aumento dos salários reais ao longo de três décadas. Somando-se a isso, no caso de Hong Kong e Cingapura, uma versão particular de Estado do bem-estar social – materialmente organizado em torno de projetos de habitação popular e novas cidades – que foi essencial tanto à melhoria das condições de vida como ao estabelecimento da legitimidade política do Estado e de seu controle social” (1999, p. 320-321).

O quinto fator

[...] foi a capacidade de adaptação dessas economias ao paradigma informacional e ao padrão da economia global em constante mudança, galgando a escada do desenvolvimento por meio de aperfeiçoamento tecnológico, expansão de mercado e diversificação econômica. (CASTELLS, 1999, p. 321)

Aqui, o contraste com a América Latina e África é inevitável. Porque, ao fim e ao cabo, essas experiências do Leste Asiático se pautaram por atividades produtivas geradoras de maior valor agregado, o que as diferencia do padrão latino-americano e africano.

Manuel Castells também argumenta que o mais significativo elemento comum nas experiências dos tigres asiáticos é o papel do Estado no processo de desenvolvimento. O autor explica o sucesso desenvolvimentista dos Estados dos tigres asiáticos nos seguintes termos:

- eram Estados vassalos. Essa condição “[...] garantiu a segurança, aliviou grande parte da carga representada por gastos com a defesa desses países e, nos primeiros estágios decisivos, facilitou seu acesso aos mercados mundiais” (CASTELLS, 1999, p. 329-330);
- foi construído um aparato estatal tecnocrático eficiente. O autor quer dizer que, no geral, “[...] esses Estados eram mais tecnocráticos que burocráticos, pois seus aparatos eram instalados para implementar um projeto estratégico histórico e não apenas (mas também) para colher os benefícios da ditadura” (idem, ibidem);

- capacidade política para impor e incorporar sua lógica à sociedade. Segundo Castells, “as classes sociais dominantes tradicionais foram destruídas, desorganizadas ou submetidas à autoridade do Estado, à exceção de Hong Kong” (1999, p. 331);
- os quatro Estados elaboraram, com relação à classe trabalhadora, estratégias de integração para complementar a repressão: “todos os quatro Estados contaram com o crescimento econômico e a melhoria dos padrões de vida, inclusive o acesso à educação e à saúde, para manter os trabalhadores contentes. De fato, a estratégia foi efetiva durante quase todo o período” (idem, p. 332).

Já Frieden, ao tratar especificamente da Coreia do Sul e de Taiwan, faz a seguinte síntese:

Coreia do Sul e Taiwan começaram quase do zero, em meados dos anos 1950, depois de guerras civis devastadoras. Por uma década ou mais, adotaram políticas típicas de substituição de importações, mas sem a longa experiência de independência da América Latina. Além disso, os novos setores industriais das nações do Leste Asiático eram mais fracos e menos comprometidos com o protecionismo. Ao fim da década de 1960, Coreia do Sul e Taiwan começaram a incentivar seus capitalistas a produzirem bens industriais para consumidores estrangeiros, em especial para os norte-americanos. Esses governos utilizaram técnicas variadas para impulsionar as exportações, como empréstimos a custo baixo e isenção de impostos para os exportadores, e uma moeda muito fraca para tornar os produtos coreanos e taiwaneses artificialmente baratos. Ambos os governos continuaram a proteger suas indústrias, mas deram destaque à produção para exportação. Diferentemente da maior parte da América Latina e da África, as duas economias do Leste Asiático – bem como, e até mais, Hong Kong e Cingapura – tinham menos recursos naturais exportáveis e menos escolha a não ser se beneficiar dos baixos salários para produzir manufaturados simples e vendê-los no exterior. A nova estratégia de desenvolvimento de industrialização orientada para a exportação (IOE) promoveu e subsidiou a manufatura voltada para os mercados estrangeiros. (2008, p. 448)

Giovanni Arrighi também argumenta que:

O sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial. (1997, p. 101)

Isso é importante ser reforçado porque esses países, com o tempo, passaram a produzir em seus territórios mercadorias com cada vez maior valor agregado, além de se transformarem em centros financeiros importantes. Ou seja, passaram a dominar a produção e cada vez mais participarem das finanças globais.

“Essas jurisdições constituem um arquipélago capitalista – um conjunto de ilhas de capitalismo que se elevam acima de um mar de trocas horizontais, entre mercados locais e mundiais, através da centralização, dentro de seus territórios, de lucros de larga escala e atividades de alto valor agregado. Abaixo desse mar, ficam as gigantescas massas trabalhadoras extremamente industriais e de baixo custo de todas as regiões do nordeste e sudeste asiático, nas quais as ‘ilhas’ capitalistas fincam suas raízes, porém sem fornecer-lhes os meios necessários para se elevarem ao ‘nível do mar’ ou acima dele” (ARRIGHI, 1997, p. 101).

4.5 A EXPERIÊNCIA CHINESA

A China também merece, mesmo que muito brevemente, ser aqui mencionada. Chamada de “a fábrica do mundo”, ou comparada a um “dragão que renasce”, a República Popular da China vem, sem dúvidas, impressionando o mundo com a velocidade com a qual sua economia vem se expandindo desde o início dos anos 1980. Vários livros estão sendo publicados sobre isso, com títulos eloquentes: *China S.A.*; *A China Sacode o Mundo*; *O Século da China*, entre outros, abordam, com matizes e profundidades variadas, o que também vem sendo denominado “renascimento chinês” ou “ascensão chinesa”.



O Grande Salto Adiante ou Grande Salto para Frente foi uma campanha lançada por Mao Tsé-Tung, que pretendia tornar a China uma nação desenvolvida e socialmente igualitária em tempo recorde, acelerando a coletivização do campo e a industrialização urbana. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Salto_Adiante

Não há exagero, no essencial, nas argumentações dessas obras. Afinal, a média de crescimento do PIB chinês, no período compreendido entre 1979 e 1998, foi de 9,6% ao ano, um desempenho superior ao obtido pelos denominados novos países industrializados do leste asiático, por exemplo. Esses dados são ainda mais impressionantes caso consideremos a população de 1,3 bilhões de habitantes, pois pelo menos 20% das pessoas do mundo moram na China. Observando a miríade de mercadorias fabricadas na China, que circulam em todo o planeta, e a crescente onda de investimentos chineses em outros continentes, em especial na África, é difícil imaginar que esse país, em 1950, ano seguinte ao da Revolução Comunista, tinha uma população de 563 milhões de pessoas, com mais de 80% destas vivendo no campo, e era, como nos lembra Arrighi (2008), o mais pobre do mundo. Além disso, também impressiona saber que esse país enfrentou, nestes mais de 50 anos posteriores à revolução, momentos de penúria, como a grande falta de alimentos ocorrida após o **Grande Salto Adiante**, em 1961, quando o PIB chegou a cair 27% em apenas um ano, e milhões pereceram pela fome.

Como destacado por Fenby, “a economia socialista de mercado cresceu 10 vezes em três décadas, impulsionada pela mão de obra barata, pelo capital barato e pela alta produtividade, que cresceu 20 por cento ao ano desde 1996” (2009, p. 33). Para esse mesmo autor, as grandes corporações e a poupança do Estado e das famílias tem garantido os investimentos e as indústrias de exportação, transformando um país relativamente pobre em um espaço central do sistema global. Evidências desse papel relevante da China no cenário internacional não devem ser vistas apenas na expansão da pauta de exportações de produtos feitos naquele país, sejam eles de empresas multinacionais ou chinesas. Isso porque, a China vem se tornando um ator geopolítico cada vez mais importante do ponto de vista global. Basta mencionar o protagonismo chinês nos organismos internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU, no qual esse país possui um assento permanente, sendo um dos cinco membros com poder de veto.

Uma das variáveis-chave para a compreensão do notável processo de desenvolvimento chinês é o Estado. Castells denomina a situação chinesa como “nacionalismo desenvolvimentista chinês com características socialistas” (1999, p. 348). E ressalta que “[...] a modernização e a abertura internacional da China é (e era) uma política estatal deliberada, elaborada e controlada até agora pelos líderes do Partido Comunista” (1999, p. 349). Desde o início do processo de abertura econômica (1978), liderado por Deng Xiaoping, o Estado chinês tomou as rédeas do processo, controlando fluxos de força de trabalho e de investimentos. Nesse último aspecto, a criação de Zonas Econômicas Especiais evidenciou o controle do aparato estatal sobre os rumos do desenvolvimento, como mostrado pelo autor citado.

Especial destaque, para entendermos o caso chinês, deve ser dado às redes de empresas chinesas (redes guanxi). Segundo Castells,

As redes de empresas chinesas fora do país, de fato, são as principais intermediárias entre o capital global, inclusive o capital chinês no exterior, e os mercados e pontos de produção/exportação da China. Mas não é que elas e seus parceiros do sul da China gostem de bacalhau no vapor. É porque a ligação múltipla da China com a economia global é local, ou seja, é feita pela conexão entre as empresas chinesas localizadas no exterior e os governos locais e provinciais da China. (1999, p. 358)

É claro que, lembrando o que já expusemos nesta unidade, a questão da força de trabalho aparece como outra variável fundamental para a devida compreensão do fenômeno chinês. Como ressaltado por Arrighi (2007), a vantagem chinesa não se deve ao fato de ter apenas salários baixos, mas uma oferta abundante de **mão-de-obra qualificada barata**. Citando outro texto desse autor:

[...] mesmo em áreas urbanas, a principal vantagem competitiva dos produtores chineses não é o salário baixo por si só, mas o uso de técnicas que empregam mão-de-obra instruída e barata, em vez de máquinas e administradores caros. Um bom exemplo disso é a fábrica de automóveis Wanfeng, perto de Xangai, onde não há um único robô à vista. Como em muitas outras fábricas chinesas, as linhas de montagem são ocupadas por fileiras de rapazes recém-saídos das muitas escolas técnicas da China os quais trabalham com pouco mais do que grandes furadeiras elétricas, chaves de boca e martelos de borracha. (ARRIGHI, 2009, p. 371)

Em síntese, e concordando com Frieden, ressaltamos aqui que a transformação pela qual vem passando a China é a mais importante e impactante, por se tratar da nação mais populosa do mundo. Com Deng Xiaoping no poder,

[...] o governo chinês devolveu as propriedades agrícolas aos fazendeiros particulares, afastou o governo central da maioria das atividades econômicas, estabeleceu áreas especiais de produção para exportação e acolheu as corporações internacionais. O produto nacional quadruplicou em 20 anos e o padrão de vida triplicou. (FRIEDEN, 2008, p. 450)

Para uma compreensão mínima do papel estratégico desse líder no processo de desenvolvimento chinês, leia a obra *A China de Deng Xiaoping*, de Michael Marti (2007).

Tabela 9 - Percentagem do PIB da região na indústria manufatureira, em percentagem do primeiro mundo.

REGIÃO	1960	1970	1980	1990	2000
África Subsaariana	53,0	63,0	71,1	88,1	77,8
América Latina	97,1	94,8	115,3	113,1	94,6
Ásia Ocidental e África do Norte	37,7	43,0	41,1	70,4	74,8
Ásia Meridional	47,9	51,2	71,2	81,6	84,3
Leste Asiático (exceto China e Japão)	48,5	67,9	95,4	115,3	133,7
China	81,8	106,6	165,8	149,5	185,9
América do Norte	95,9	87,5	88,0	84,4	90,4
Europa Ocidental	101,5	101,3	97,0	96,8	100,4
Europa Meridional	90,6	91,8	111,3	99,7	105,4
Austrália e Nova Zelândia	87,1	86,0	80,3	68,3	67,5
Japão	119,5	127,4	119,5	127,6	116,8
Primeiro Mundo	100	100	100	100	100

Fonte: Arrighi (2007, p. 4).

Tabela 10 - PNB per capita da região em % do PNB per capita do primeiro mundo.

REGIÃO	1960	1970	1980	1990	2000
África Subsaariana	5,2	4,4	3,6	2,5	2,0
América Latina	19,7	16,4	17,6	12,3	13,7
Ásia Ocidental	8,7	7,8	8,7	7,4	8,3
Ásia Meridional	1,6	1,4	1,2	1,3	1,6
Leste Asiático (exceto China e Japão)	5,7	5,7	7,5	10,4	10,0
China	0,9	0,7	0,8	1,3	3,0
Terceiro Mundo	4,5	3,9	4,3	4,0	4,5
Terceiro Mundo (exceto China)	6,4	5,6	6,0	5,2	5,4
América do Norte	123,5	104,8	100,4	98,0	121,1
Europa Ocidental	110,9	104,4	104,4	100,2	85,8
Europa Meridional	51,9	58,2	60,0	58,7	56,2
Austrália e Nova Zelândia	94,6	83,3	74,5	66,2	65,9
Japão	78,6	126,1	134,1	149,4	135,9
Primeiro Mundo	100	100	100	100	100

Fonte: Arrighi (2007, p. 5).

Para finalizar esta unidade, apresentamos as tabelas acima, extraídas do artigo *Globalização e Desenvolvimento Desigual*, de Giovanni Arrighi (2007). Esse autor argumenta que é inegável que tenha ocorrido, desde 1960, um processo de convergência na industrialização entre o “Norte” e o “Sul”. Contudo, a industrialização das periferias não foi acompanhada pela convergência de renda. Aliás, os dados evidenciam que tanto a África Subsaariana quanto a América Latina tiveram piores em suas condições de PNB per capita, como percentuais do PNB do Primeiro Mundo, entre 1960 e 2000. No caso africano, seu PNB per capita representava 5,2% do PNB do Primeiro Mundo em 1960, caindo para 2,0% em 2000. No caso latino-americano, seu PNB per capita representava 19,7% do PNB per capita do Primeiro Mundo em 1960 e 13,7% em 2000. Os dados também mostram o destino diverso, ainda que ainda modesto, do Leste Asiático, além da notável ascensão japonesa, já destacada nesta unidade.

Resumo da unidade:

Nesta unidade, você estudou as consequências das reformas econômicas neoliberais sobre as trajetórias econômicas da América Latina e da África, desde os anos 1980. Tentamos mostrar que essas regiões foram regiões que enfrentaram muitas dificuldades a partir da reestruturação capitalista em curso desde o final dos anos 1970. Ao mesmo tempo, o Leste Asiático teve um destino diverso, porque seus principais países tiveram uma trajetória econômica ascendente. Apresentamos rapidamente alguns aspectos do notável crescimento chinês, que vem efetivamente causando alterações no capitalismo contemporâneo.

Atividade de Aprendizagem – 4



- 1) Escreva, em linhas gerais, sobre o contexto da crise econômica enfrentada pela América Latina e pela África nos anos 1980 e suas consequências no período mais recente.
- 2) Descreva, de forma breve, como se deu a ascensão econômica do Leste Asiático.





5

A GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E ALGUMAS TENDÊNCIAS RECENTES

Caro estudante, dado que há uma variedade muito grande de interpretações e quantidade de materiais sobre os anos recentes, os quais, se fossem mencionados com maior profundidade, iriam requerer a elaboração de outro livro, faremos um panorama geral da situação mundial das últimas duas décadas (1990 em diante). Dessa forma, enfatizaremos aqui os aspectos críticos da chamada “globalização contemporânea” e, por se tratar da conclusão do que desenvolvemos até agora, prescindimos das divisões e do resumo desta unidade.

No período iniciado em 1990 ocorreu o fim do, assim chamado, socialismo real, materializado pelas seguintes situações: o fim da União Soviética, o processo de unificação alemã e o desmantelamento das antigas repúblicas socialistas do Leste Europeu. Os círculos dirigentes das principais economias capitalistas e a grande imprensa, no início daquela década, proclamavam entusiasmamente o começo de uma nova era, em que a “economia de mercado” teria mostrado sua superioridade. Para que os países ex-socialistas saíssem da situação em que estavam, bastaria seguir as receitas neoliberais. O mundo seria unificado pelas forças da globalização capitalista. Os países mais pobres, ao abrirem suas economias e seguirem o receituário dos organismos internacionais, alcançariam o desenvolvimento. Entretanto, parece que as coisas não ocorreram como esse conto de fadas preconizou.

Decorridos pouco mais de vinte anos, podemos dizer que o mundo está tão desorganizado e caótico quanto naquele momento. Como nos lembra o historiador econômico Jeffrey Frieden,

Os benefícios da integração econômica global não pareciam ter chegado aos bilhões de pessoas que ficaram muito para trás em relação aos ricos. E o fato ainda mais alarmante era que centenas de milhões de indivíduos haviam sofrido quedas reais de padrão de vida: além de não acompanharem os residentes dos países em crescimento, ficaram em situação ainda pior. De 1973 até o fim do século, o produto per capita dobrou nos países capitalistas avançados e triplicou nas nações asiáticas que cresciam rapidamente. Nas economias da África, da Ásia estagnada, da América Latina, da Europa Oriental e da antiga União Soviética, chamadas pelo economista Angus Maddison de as 168 ‘economias estacionárias’, o mesmo produto caiu 10%. Esses países abrigavam mais de 1/3 da população mundial e nenhum deles havia feito nada mais interessante do que se agarrar à base da pirâmide do desenvolvimento. (2008, p. 462)

Como assinala vigorosamente Manuel Castells no livro *Fim de milênio*, o surgimento do informacionalismo “[...] está entremeado de desigualdade e exclusão social crescentes em todo o mundo. [...] O processo de reestruturação



O Muro de Berlim, cuja queda se deu em 9 de novembro de 1989.

do capitalismo, com sua lógica mais rigorosa de competitividade econômica, é responsável por boa parte desse sofrimento” (1999, p. 95).

Esse mesmo autor descreve os processos de surgimento do Quarto Mundo, caracterizado pela pobreza e exclusão social extremos, dando ênfase à situação do continente africano, no que ele denomina “desumanização da África”.

No entanto, Castells também chama a atenção para o novo dilema norte-americano: “desigualdade, pobreza urbana e exclusão social”. Segundo o autor, embora seja a nação que primeiramente começou a vivenciar os efeitos da “sociedade em rede”, são também o país avançado no qual ocorreu um aumento substancial em termos de “desigualdade social, polarização, pobreza e miséria” (1999, p. 155).

Esse autor apresenta evidências de redução dos níveis salariais dos trabalhadores médios nos Estados Unidos a partir dos anos 1980 e de aumento da polarização social (concentração de renda) naquele país. O autor resume da seguinte forma sua interpretação a respeito do tema:

Para resumir, creio que observações empíricas sustentam um viés interpretativo que vincula o crescimento da desigualdade e da pobreza nos Estados Unidos a quatro processos inter-relacionados: a) desindustrialização, em consequência da globalização da produção industrial, da mão-de-obra e dos mercados; b) individualização e integração em rede do processo de trabalho, suscitadas pela informacionalização; c) incorporação da mulher ao trabalho remunerado na economia informacional, sob condições de discriminação patriarcal; d) crise da família patriarcal. A esses processos estruturais, acrescentaria os fatores sociopolíticos que, ao assegurar a dominação de forças de mercado irrestritas, acentuam a lógica da desigualdade. Contudo, a generalização dessas políticas e ideologias pró-capitalistas, nos mais diversos contextos institucionais e culturas políticas em todo o mundo, levam-me a crer que as tendências estruturais referidas anteriormente exercem tremenda pressão nesse sentido, até que sejam testadas por forças emergentes na nova sociedade civil ainda em formação. (CASTELLS, 1999, p. 161)

Outros autores também relatam essas situações. O estudo de Richard Sennett (*A corrosão do caráter*, 1999), ao discutir as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, menciona a piora nas condições de trabalho e salário nos anos 1990. Também Barbara Ehrenreich, nos livros *Miséria à americana* (2004) e *Desemprego de colarinho branco* (2006) retrata, em detalhes, as degradantes situações enfrentadas por aqueles que vivem de subempregos (no caso do primeiro livro) e dos executivos trabalhadores de meia idade desempregados (no caso do segundo livro). A conclusão é a seguinte: nos Estados Unidos, o ônus do “ajuste”, iniciado na era Reagan, foi efetivamente transferido para as classes trabalhadoras.

Se a situação geral dos trabalhadores piorou no coração do sistema capitalista, os resultados foram ainda mais fortes nas regiões periféricas desde a profunda reestruturação em curso desde os anos 1980. O que queremos enfatizar aqui é a persistência da polarização entre Norte e Sul. Como ressaltado por Giovanni Arrighi, “[...] na média, após 40 anos de industrialização relativamente bem-sucedida, os países do Terceiro Mundo estão mais ou menos no mesmo ponto da hierarquia global de riqueza em que estavam ao princípio” (2007, p.7). Em outras palavras, o cenário dos anos 1990 para as economias periféricas, como destacado em vários estudos, foi de estagnação econômica e de manutenção do hiato que as separa, historicamente, das economias centrais.

Biblioteca Virtual



Veja, na página da disciplina, um Caderno da UNESCO sobre a pobreza na América Latina. Disponibilizaremos, também, artigos científicos sobre a temática da desigualdade econômica mundial. É importante destacar aqui o seguinte: é possível, ao longo do tempo, que o país ou região A tenha passado por um processo de melhora absoluta de seus indicadores econômicos ou sociais (por exemplo, redução do número absoluto de pessoas vivendo na miséria, melhora absoluta na renda per capita, etc.). Contudo, em relação a um país ou região B, pode ser que esse país ou região A tenha melhorado, mantido sua posição ou mesmo piorado sua condição. Por isso que as observações comparativas devem levar em conta os números em termos absolutos e, não menos importante, em termos relativos.

É preciso registrar, também, que a grande novidade em termos de desenvolvimento econômico nas duas últimas décadas, a China, vem alterando e impactando o cenário econômico mundial. Como já brevemente mencionado, esse caso recente de sucesso é fortemente impulsionado e direcionado pelo Estado, evidenciando que a não adoção pura e simples do receituário neoliberal foi uma aposta correta ao longo dos anos 1980 e 1990. O contraste com países africanos e países latino-americanos, que seguiram em maior ou menor grau as cartilhas dos organismos internacionais, é inevitável.

Não por coincidência, quando governos “desenvolvimentistas” começaram a ascender ao poder do Estado em países latino-americanos, a partir da segunda metade dos anos 1990, algumas situações de deterioração começaram a ser minoradas ou completamente alteradas. Esses governos recolocaram na ordem do dia, em maior ou menor grau, uma maior atuação direta do Estado na economia e um direcionamento de recursos para programas sociais.

Voltando ao tema da globalização, David Harvey apresenta as seguintes consequências e contradições da globalização contemporânea:

- com a mudança nas formas de produção e de organização (em particular do capital multinacional), “[...] tornou-se corriqueiro encerrar a produção num dado local e iniciá-la em algum outro” (2004, p. 92);
- houve um aumento substancial na força de trabalho global, graças à expansão da produção capitalista para regiões periféricas;
- tem havido um intenso fluxo migratório das periferias para o centro, gerando novos problemas relativos à questão migratória (barreiras à entrada, vigilância de fronteiras, conflitos étnicos e religiosos, etc.);
- uma hiperurbanização está em curso, dado o momento histórico atual em que a maior parte da população mundial está vivendo em cidades;
- a mudança recente no papel do Estado, por conta da disseminação das políticas de ajuste estrutural e austeridade fiscal. Como diz o autor, “o bem-estar dos pobres foi em larga medida substituído por subvenções públicas ao capital” (HARVEY, 2004, p. 94);
- aumentaram as facilidades para que estados periféricos se insiram na concorrência capitalista. Harvey argumenta que “[...] Estados que pagam baixos salários e impõem uma rígida disciplina trabalhista se saíram melhor do que outros. Logo, o controle do trabalho tornou-se uma questão ideológica vital no âmbito do argumento da globalização” (idem, ibidem);
- a “globalização” gerou um novo conjunto de problemas políticos e ambientais globais. A questão ambiental vem ganhando ares de dramaticidade e várias pesquisas estão evidenciando a relação entre desenvolvimento capitalista e degradação do meio ambiente natural;
- a relação entre a globalização capitalista e a preservação de diversidades culturais, modos de vida distintos, línguas, religiões.

Harvey levanta essas questões para nos chamar a atenção para os dilemas e impasses da globalização capitalista, e conclui o seguinte:

Se há alguma real tendência qualitativa, seu rumo é no sentido da reafirmação dos valores capitalistas do início do século XIX associada a uma inclinação típica do século XXI no sentido de jogar todos (e tudo o que possa ser trocado) na órbita do capital, ao mesmo tempo em que se tornam grandes segmentos da população mundial permanentemente, redundantes no tocante à dinâmica básica da acumulação do capital. É nesse ponto que entra em cena a forte imagem, reconhecida e ao mesmo tempo temida pelo capital internacional, da globalização contemporânea como um “trem desgovernado espalhando a destruição”. (HARVEY, 2004, p. 98)

Concordamos com os pontos apresentados por esse autor e com sua opinião sobre a situação contemporânea. Os recentes acontecimentos, envolvendo a crise financeira de 2008, colocaram em evidência, mais uma vez, a clivagem de interesses existente entre o processo de acumulação interminável de capital e poder de um lado, e reais necessidades de grandes parcelas da população mundial do outro. Por isso, encerramos fazendo um convite para que você, com base em leituras de livros e artigos e nas evidências empíricas presentes nos dados disponibilizados pelos organismos internacionais, faça sua própria reflexão sobre a evolução econômica do capitalismo no período mais recente.

Saiba Mais



Fica a sugestão para que você, caro estudante, assista aos filmes, *Capitalismo: uma história de amor* (2010) e *Inside Job* (2010), que apresentam boas explicações sobre a crise financeira que assolou o mundo em 2008.

Palavra do Professor



Com o término da Unidade 5, encerramos também o livro-texto da nossa disciplina! Caso você esteja com alguma dúvida, não hesite em procurar o tutor. E não se esqueça de acessar o Ambiente Virtual desta disciplina. Lá estão disponíveis os textos complementares da temática que abordamos e a videoaula 5. Desejamos bons estudos!

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 1, n. 1, agosto-dezembro de 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luis. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos – o mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo**. São Paulo: Campus, 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- DOS SANTOS, Theotônio (org.). **América Latina no limiar do Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2000.
- EHRENREICH, Barbara. **Desemprego de colarinho branco**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- EHRENREICH, Barbara. **Miséria à americana: vivendo de subempregos nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. São Paulo, USP, 2003 [Tese de Doutorado em Sociologia].

- FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo global**: história econômica e política do Século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVER, Beverly. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.
- TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: 2004.



A

APÊNDICE: UM POUCO DE TEORIA

Com o objetivo de explicar a ascensão e a expansão do sistema capitalista mundial e, assim, compreender a expansão financeira iniciada na década de 1970, Giovanni Arrighi, no livro *O Longo Século XX* (1996), formulou o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Sua teoria foi construída com base no método “**comparação incorporada**” e fundamenta-se em algumas noções braudelianas. A primeira delas é a ideia de longa duração histórica, a qual parte do princípio de que

Jamais existe entre o passado, mesmo o passado longínquo, e o tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente. (BRAUDEL, 1987, p.33)

Trata-se, segundo Braudel (1998), de uma série de acontecimentos que ocorrem em tempos curtos e, ao mesmo tempo, de um processo muito lento de mudanças estruturais, que cria condições e assegura as inovações subsequentes. Nesse sentido, a compreensão dos fatos depende não só de uma análise conjuntural, como também de uma análise estrutural do sistema social histórico.

Partindo dessa consideração, Arrighi constatou que a expansão financeira não é um fenômeno inédito da atual fase do capitalismo, mas sim uma tendência desse processo. Dessa forma, esta tendência marca a transição de um “antigo” regime de acumulação em escala mundial para um “novo” regime ao longo de toda a era capitalista. Portanto, em seu estudo, “[...] as respostas são buscadas numa investigação das tendências atuais à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 4).

Diante do exercício de identificar as continuidades em sua *longue durée* histórica, Braudel aponta “[...] um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e adaptação” (idem, p. 24).

Também seguindo os ensinamentos do historiador francês, Arrighi constrói suas teorias a partir da observação dos fatos e da história comparada. Para Braudel, “não há uma economia, mas sim economias” (1998, p.15) estruturadas em três patamares: “capitalismo”, “economia de mercado” e “vida material”. O primeiro deles constitui a “camada superior da hierarquia do mundo dos negócios”, “o verdadeiro lar do capitalismo”, patamar este ao qual Arrighi dedicará sua análise. Ao optar por este enfoque, o próprio autor reconhece que a investigação “[...] fornece uma visão limitada do que se passa na camada intermediária, a economia de mercado, e na camada inferior, a vida material” (ARRIGHI, 1996, p. 24).

Denominação escolhida por Philip McMichael (1990) para o método segundo o qual “a **comparação é incorporada** na própria definição do problema pesquisado: constitui a essência, e não o contexto da investigação” (ARRIGHI, 1996, p.24).

Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação buscam, assim, “[...] descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade” (ARRIGHI, 1996, p. 10). Tais ciclos correspondem à ascensão e à queda de regimes específicos de acumulação de capital e poder em escala mundial, cada qual correspondendo à hegemonia de certo bloco de agentes estatais e empresariais e tendo duração média de cerca de um século.

Cada um dos CSA possui duas fases:

1 - EXPANSÃO MATERIAL (EM)	2 - EXPANSÃO FINANCEIRA (EF)
<p>Nesta 1ª fase, há a consolidação da hegemonia de determinada potência que lidera e controla o aumento cada vez maior do fluxo de mercadorias e de força de trabalho. Segundo o autor, “constituem fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento” (p. 09). Recebem este nome devido à acumulação e reprodução do capital em maior escala, as quais se dão primordialmente na esfera produtiva – produção e comercialização de mercadorias.</p>	<p>Nesta fase seguinte à expansão material, as contradições do regime de acumulação hegemônico se acentuam e, concomitantemente, surgem novos regimes concorrentes, dentre os quais terá origem a próxima potência hegemônica. O lucro e a acumulação deixam de ser obtidos através da esfera produtiva, passando a ser realizados por meio de negociações financeiras. Assim, os períodos de expansão financeira “consistem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu seus limites e a economia capitalista mundial ‘se desloca’, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” (idem, ibidem).</p>

Quadro 1 - As duas fases dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA).

Ao longo da história do capitalismo, Arrighi identificou quatro Ciclos Sistêmicos de Acumulação e denominou-os de acordo com o Estado hegemônico:

- o ciclo genovês, que se estende do século XV ao início do século XVII;
- o ciclo holandês, que tem início no século XVI até a maior parte do XVIII;
- o ciclo britânico da segunda metade do século XIX até o começo do século XX; e, por fim,
- o ciclo norte-americano, que prossegue na atual fase de expansão financeira.

Dessa forma, a expansão global do sistema capitalista ocorre através de uma série de transições, no decorrer das quais o sistema desarticulou-se para ser reconstituído em bases mais amplas. Observe a figura a seguir:

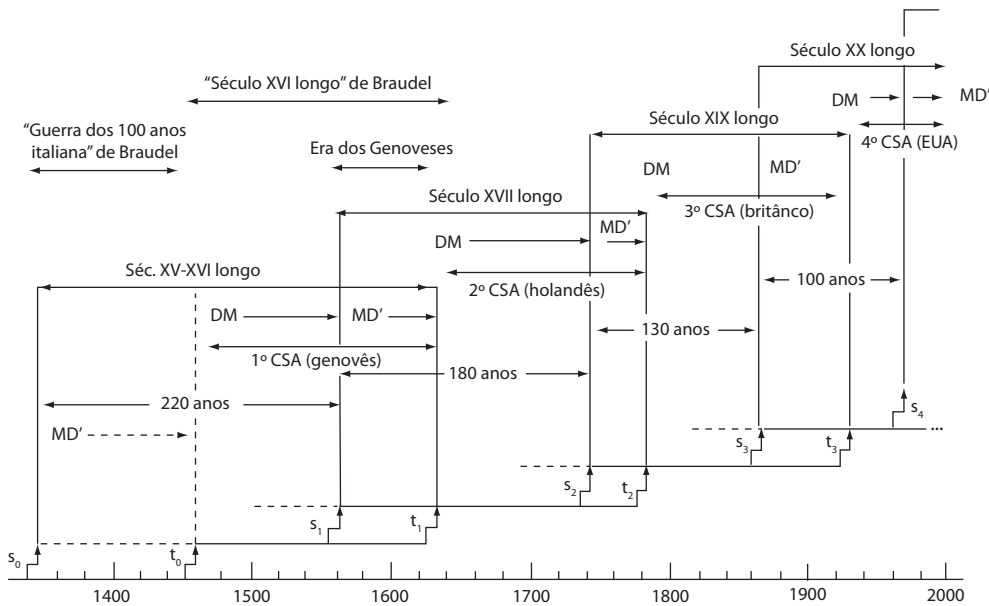


Figura 2 – Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA).

Fonte: Arrighi (1996, p. 219).

As expansões financeiras, apesar de serem periódicas, sempre são originais do ponto de vista dos níveis de concorrência e competição entre os Estados. Segundo Arrighi, claramente inspirado por Harvey, a “[...] acumulação por desapropriação e produção do espaço em escala cada vez maior revolucionam a geografia e o modo de funcionamento do capitalismo mundial, assim como a sua relação com as práticas imperialistas” (2008, p. 244). No início de cada expansão financeira, há uma crise sinalizadora do regime de acumulação dominante, na qual o principal agente da acumulação verifica a impossibilidade de manter sua lucratividade mediante as atividades produtivas rotineiras. Diante da conseqüente limitação de sua acumulação de poder e *status*, este agente busca alternativas para investir o crescente volume de capital líquido. Neste contexto, as grandes potências iniciam projetos expansionistas de disputa por mercados e territórios, eventualmente através de conflitos bélicos. Sem dispor da necessária capacidade de financiamento, os Estados ingressam, então, numa disputa pelo capital circulante, criando as condições de demanda para a expansão financeira.

A potência hegemônica encontra na esfera financeira a “[...] possibilidade de prolongar sua liderança/dominação, no tempo e no espaço” (ARRIGHI, 1996, p. 220). No entanto, embora essa etapa possa renovar a riqueza e o poder do agente hegemônico, ela “[...] nunca representou uma solução duradoura para

a crise sistêmica subjacente. Ao contrário sempre foi o preâmbulo de um aprofundamento dessa crise e da eventual superação do regime de acumulação ainda dominante por um novo regime. (idem, ibidem).”

Isso porque, a saturação da expansão material gera uma crescente liquidez nos mercados financeiros, absorvida pelos Estados na forma de endividamento. Como resultado inevitável, a potência hegemônica perde progressivamente sua capacidade de regulação do sistema mundial e abre espaço para a ascensão de uma nova hegemonia. Assim, a crise terminal marca a superação final do regime de acumulação dominante.

AUTORES REFERENCIADOS

Palavra do Professor

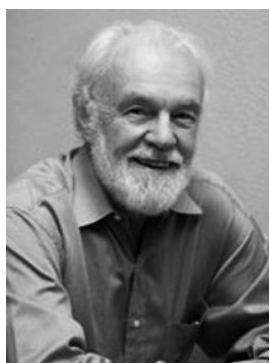


Caro estudante, dispomos aqui algumas informações e curiosidades muito sucintas a respeito de alguns dos autores mais utilizados neste livro-texto. Esperamos oportunamente que você desfrute de leituras mais aprofundadas das suas obras, as quais serão referenciadas a seguir.



Antonio Gramsci (1891-1937): foi um político, cientista político, comunista e antifascista italiano. É uma das referências essenciais do pensamento de esquerda no século 20, co-fundador do Partido Comunista Italiano. Gramsci é conhecido principalmente pela elaboração do conceito de hegemonia e bloco hegemônico, e também por focar o estudo dos aspectos culturais da sociedade (a chamada superestrutura no marxismo clássico) como elemento a partir do qual se poderia realizar uma ação política e como uma das formas de criar e reproduzir a hegemonia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Gramsci, acesso em 29 de maio de 2011.



David Harvey (1935-): é um geógrafo britânico. Em sua obra “Condição Pós-Moderna”, faz um levantamento de um conjunto de ideias da pós-modernidade que se iniciam a partir de uma mudança nas estruturas políticas, econômicas e culturais, as quais se dão pelas “novas maneiras dominantes pelas quais experimentarmos o tempo e o espaço”.

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/46091/1/Resenha-Harvey---Condicao-pos-moderna/pagina1.html#ixzz1NhBj0qQR>, acesso em 28 de maio de 2011.

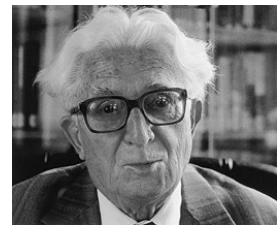
Eric John Earnest Hobsbawm (1917-2012): Historiador de tradição marxista, é responsável por análises aprofundadas sobre aquilo que chama de “o breve século XX”. “A Era dos Extremos”, de 1994, tornou-se uma das obras mais lidas e indicadas sobre a história recente da humanidade. Nela o historiador analisa os principais fatos sucedidos desde 1917 – fim da Primeira Guerra Mundial e ano da Revolução Russa – até o fim dos regimes socialistas da ex-União Soviética, em 1991, e dos países do Leste Europeu.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Eric_Hobsbawm, acesso em 28 de maio de 2011.



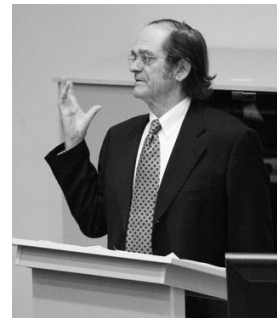
Fernand Braudel (1902-1985): Historiador francês que introduziu renovações nos métodos historiográficos tradicionais. Integrou um grupo de intelectuais franceses que colaborou na organização da Universidade de São Paulo e foi seu professor (1935-1937). Passou quase toda a Segunda Guerra Mundial preso em campo de concentração em Lübeck, onde conclui a redação de sua tese, apresentada (1947) e publicada dois anos depois.

Fonte: <http://www.brasilecola.com/biografia/fernand-braudel.htm>, acesso em 28 de maio de 2011.



Giovanni Arrighi (1937-2009): Economista e professor de Sociologia italiano, “O Longo Século XX”, “Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial” (em co-autoria com a esposa e companheira intelectual Beverly Silver) e “Adam Smith em Pequim”. Em conjunto, formam sua trilogia sobre o capitalismo em perspectiva histórico-mundial e estão entre as principais obras da teoria do sistema-mundo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Arrighi, acesso em 28 de maio de 2011.



Ha-Joon Chang (1963-): É um dos principais economistas heterodoxos especializados em economia do desenvolvimento. Nascido na Coreia do Sul, leciona na Universidade de Cambridge desde 1990. É conhecido pela influência sobre o economista Rafael Corrêa, atual Presidente do Equador.

Fonte: <http://www.hajoonchang.net/>, acesso em 31 de maio de 2011.





Immanuel Wallerstein (1930-): Sociólogo estadunidense, mais conhecido pela sua contribuição fundadora para a teoria do sistema-mundo. No Brasil, seus artigos são publicados na revista Fórum.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Wallerstein, acesso em 28 de maio de 2011.



Jeffrey A. Frieden: Professor da Universidade de Harvard, cuja área de pesquisa é focada nas políticas das relações financeiras e monetárias internacionais. Seu livro mais recente “Capitalismo Global – História Política e Econômica do Século XX” (“Global Capitalism: Its Fall and Rise in the Twentieth Century”) obteve críticas excelentes do New York Times Review, do Washinton Post, do Journal of International Economics, dentre outros.

Fonte: Jeff Frieden’s Website, acesso em 28 de maio de 2011.



Manuel Castells (1942-): sociólogo espanhol, segundo o Social Sciences Citation Index Castells foi o quarto cientista social mais citado no mundo no período 2000-2006 e o mais citado acadêmico da área de comunicação, no mesmo período. O primeiro volume da Trilogia “Sociedade em Rede - A Era da informação: Economia, sociedade e cultura”, Castells mapeia um cenário mediado pelas novas tecnologias de informação e comunicação - TICs - e como estas interferem nas estruturas sociais.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Castells, acesso em 31 de maio de 2011.



Richard Sennett (1943-): sociólogo e historiador norte-americano, professor da London School of Economics, do Massachusetts Institute of Technology e da New York University. É também romancista e músico. Levado à sociologia por Hannah Arendt, Sennett também reconhece a influência de Michel Foucault sobre seu trabalho. A princípio interessado na vida dos trabalhadores em meio urbano, aborda questões ligadas à arquitetura.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Sennett, acesso em 31 de maio de 2011.